

**Anais da 13<sup>a</sup> Jornada de  
Iniciação Científica da  
Fundação Casa de Rui  
Barbosa**

**2018**

**Resumos expandidos**

## 13ª Jornada de Iniciação Científica da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB)

**Data:** 16 e 17 de agosto de 2018 – 14h às 18h

**Local:** Sala de Cursos da FCRB

### **Dia 16 de agosto (quinta-feira)**

**14h** - Abertura da Jornada – Palavras do Comitê Institucional do Programa de Iniciação Científica (Eliane Vasconcellos, Laura do Carmo e Tânia Sobreira Dias)

**Mesa: Arquivo e Ciência da Informação**

**Avaliadora externa:** Maria Celina Soares de Mello e Silva (MAST)

**Mediação:** Lúcia Maria Velloso de Oliveira

**14h20min** – [Tipologia documental na base de dados internacional – Archives Nationales de la France](#)

Bolsista: Cecília de Araujo Capetine Fiore (Arquivologia / Universidade Federal Fluminense - UFF)

Orientadora: Lúcia Maria Velloso de Oliveira

**14h30min** – [Tipologia documental nas bases de dados internacionais - The National Archives](#)

Bolsista: Vitória de Freitas Machado (História/ Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)

Orientadora: Lúcia Velloso de Oliveira

**14h40min** – [Coleções de periódicos raros: O Malho no Repositório Rui Barbosa de Informações Culturais \(RUBI\)](#)

Bolsista: Mariana Franco Teixeira (Biblioteconomia e Documentação / Universidade Federal Fluminense – UFF)

Orientadora: Ana Lúcia Medeiros

**14h50 a 15h10 min** – Debate com avaliadora externa

**Mesa: Políticas Culturais, Direito e Ciência Política**

**Avaliadora externa:** Vívian Fonseca (FGV/RJ)

**Mediação:** Lia Calabre de Azevedo

**15h30min** - [Mídia e política: o caso Sarney](#)

Bolsista: Luana Matos do Nascimento (História (licenciatura) / Universidade Federal Fluminense – UFF)

Orientadora: Eula Dantas Taveira Cabral

**15h40min** – [Mídia e diversidade cultural](#)

Voluntária: Thainá Queiroz Alves (Ciências Sociais / Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)

Orientadora: Eula Dantas Taveira Cabral

**15h50min** – [Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural \(SID/MinC\) – Uma forma plural de Políticas Públicas de Cultura](#)

Bolsista: Cícera Cidineide Teixeira Vieira (Produção Cultural / Universidade Federal Fluminense – UFF)

Orientadora: Lia Calabre de Azevedo

**16h** – [Diversidade Cultural e Políticas Culturais – o que um tema pode dizer sobre uma área?](#)

Bolsista: Carolina Costa Moreira (Ciências Sociais / Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ)

Orientadora: Lia Calabre de Azevedo

**16h10min** – [O Conselho Nacional do Ministério Público Como Uma Agência de Accountability](#)

Bolsista: Pedro Henrique Silva Ramos Maués (Ciências Sociais / Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio)

Orientador: Fábio Kerche

**16h20min** – [O Conselho Nacional do Ministério Público Como Uma Agência de Accountability](#)

Voluntária: Dâmaris Burity Jeronimo (Ciência Política / Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO)

Orientador: Fábio Kerche

**16h30min** – [Considerações Introdutórias ao conceito de cosmopolitismo em Kant](#)

Bolsista: Juan Acácio Garrido Tavares (Filosofia / Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ)

Orientador: Charles Pontes Gomes

**16h40min** – [Reunião Familiar à luz do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana](#)

Bolsista: Gabriella Cristina Vieira Monteiro (Direito / Universidade Candido Mendes – UCAM)

Orientador: Charles Pontes Gomes

**16h50min** – [Uma odisseia em busca de direitos: o Teatro do Oprimido como alternativa para discutir e modificar o direito de Refúgio](#)

Voluntário: Daniel Cavalcanti Pimentel (Direito / Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

Orientador: Charles Pontes Gomes

**17h às 17h30min - Debate com avaliadora externa**

## **Dia 17 de agosto (sexta-feira)**

### **Mesa: Letras e História**

**Avaliador externo:** Leonardo Pereira (PUC-Rio)

**Mediação:** Ivana Stolze Lima

#### **14h – [Vozes contra o fascismo: as entrevistas de Joel Silveira sobre a Segunda Guerra Mundial em \*Diretrizes\* \(1940-1944\)](#)**

Bolsista: Yuri Barbosa Resende (História / Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

Orientadora: Joëlle Rachel Rouchou

#### **14h10min. [A confecção de notas explicativas nos escritos de Corina Coaraci](#)**

Bolsista: Gustavo Henrique da Costa (Letras (Português/Literaturas) / Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ)

Orientadora: Eliane Vasconcellos

#### **14h20min - [As Obras Completas de Rui Barbosa: entre edição e história](#)**

Bolsista: Ana Carolina da Silva Duarte (História / Universidade Federal Fluminense – UFF)

Orientadora: Laura do Carmo

#### **14h30min – [Reflexões sobre publicação de documentos históricos](#)**

Bolsista: Carla dos Santos e Silva Oliveira (Letras (Português/Literatura) / Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ)

Orientadora: Laura do Carmo

#### **14h40min.- [Nabuco e Rui: Entre a liberdade e o discurso abolicionista.](#)**

Bolsista: Jheniffer Ribeiro (História / Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

Orientador: José Almino de Alencar

#### **14h50min. - [Dimensões da escrita no mundo colonial e \*Obra Nova da Língua Geral de Minas: dominação do poder escrito e estratégias de letramento nas Minas Gerais do século XVIII.\*](#)**

Bolsista: Maria Elisa Scovino da Silva (História / Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ)

Orientadora: Ivana Stolze Lima

#### **15h – [“Máblame hã – não me amarre não”: a comunicação e a política de controle da movimentação escrava em Minas Gerais](#)**

Bolsista: Rafaela Vasconcelos da Silva (História / Universidade Federal Fluminense – UFF)

Orientadora: Ivana Stolze Lima

### **15h10 – 15h50min – Debate com avaliador externo**

### **Mesa: Arquitetura, Museu e Preservação**

**Avaliadora externa:** Ana Lúcia Vieira dos Santos (UFF)

**Mediação:** Edmar Gonçalves

**16h10min** - [Carlos Fernando Delphim e o jardim histórico no Brasil: gênese e práxis de um conceito](#)

Bolsista: Isabelle Fontaine (Arquitetura e Urbanismo / Universidade Federal Fluminense – UFF)

Orientadora: Ana Maria Pessoa dos Santos

**16h20min** - [Pesquisa, seleção, transcrição paleográfica, compilação, revisão e diagramação de textos e imagens relacionadas aos imóveis examinados pelo projeto.](#)

Bolsista: Jôrdhanna Furtado de Oliveira (Arquitetura e Urbanismo / Universidade Federal Fluminense – UFF)

Orientadora: Ana Maria Pessoa dos Santos

**16h30min** - [A multiplicidade do profissional de Letras](#)

Bolsista: Madjory de Almeida Pereira (Letras / Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

Orientadora: Ana Maria Pessoa dos Santos

**16h40min** – [Sistema Integrado de Informações para Preservação do Patrimônio Cultural – Terceiro Módulo](#)

Bolsista: Mariana Freitas de Andrade (História / Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

Orientadora: Cláudia Suely Rodrigues de Carvalho

**16h50min.** – [Os quimonos de Maria Augusta Rui Barbosa: expografia, conservação e resultados](#)

Bolsista: Gabriela Lúcio de Sousa (Conservação e Restauração / Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

Orientadora: Anna Gabriela Pereira Faria

**17h** – [Diagnóstico de intervenções na coleção da Biblioteca do Museu Casa de Rui Barbosa](#)

Bolsista: Maria Gabriela Gloria Pereira de Moura (Conservação e Restauração / Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

Orientador: Edmar Moraes Gonçalves

**17h10min às 17h40min** – Debate com avaliadora externa

**Nome:** Cecília de Araujo Capetine Fiore

**Trabalho:** [Tipologia documental na base de dados internacional – Archives Nationales de la France](#)

**Curso/Instituição:** Arquivologia / Universidade Federal Fluminense (UFF)

**Orientador:** Lúcia Maria Velloso de Oliveira

**Projeto:** Tipologia Documental na Família Barbosa de Oliveira

**Fonte de financiamento:** Fundação Casa de Rui Barbosa

**Período:** 1º de setembro de 2017 a 1º de julho de 2018

A iniciação científica em andamento tem como propósito a pesquisa de espécies e tipos documentais na base de dados internacional do *Archives Nationales (France)*. A finalidade desse estudo é contribuir com espécies e tipos documentais para o Glossário existente no projeto, e posteriormente para novos batismos de documentos. A averiguação na base de dados corresponde aos séculos XVIII e XIX, sendo este o período da maioria dos arquivos pessoais que compõem a Coleção Família Barbosa de Oliveira (CFBO). Dessa forma, foram identificados diversas espécies e tipos documentais numa planilha com categorias de informações que foram elaboradas em conjunto com a orientadora.

O estudo possui como objetivos: identificar espécies e tipos documentais na base de dados internacional do *Archives Nationales, (France)*; e contribuir para inclusão de espécies e de tipos documentais no Glossário do projeto.

A pesquisa está sendo realizada no *site* do *Archives Nationales (France)*, no fundo *Archives de personnes, de familles, d' associations*, no grupo *Personnes et famille*. Existem 763 séries como resultados totais, das quais 530 séries correspondem aos séculos XVIII e XIX. Todas as 530 séries estão sendo estudadas individualmente, e seus respectivos dados são incluídos numa tabela. As categorias de informações que compõem a tabela são numeração, título, datas, termos encontrados, observações e URL.

Das 530 séries que correspondem os séculos XVIII e XIX já foram analisadas até o presente momento 230, restando apenas 300 para o próximo relatório. Com esta pesquisa muitas espécies e tipos documentais estão sendo identificados e posteriormente alguns serão acrescentados no Glossário elaborado pelo projeto.

## Referências bibliográficas

ARCHIVES NATIONALE (France). *Salles des inventaires virtualles. Parcourir les fonds. Archives de personnes, de familles, d' associations. Recherche par fond et collection.* Disponível em: [https://www.siv.archives-nationales.culture.gouv.fr/siv/rechercheconsultation/consultation/pog/consultationPog.action?pogId=FRAN\\_POG\\_05&existpog=true&preview=false](https://www.siv.archives-nationales.culture.gouv.fr/siv/rechercheconsultation/consultation/pog/consultationPog.action?pogId=FRAN_POG_05&existpog=true&preview=false)>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. 120p. (Projeto como Fazer, 8).

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre arquivos pessoais. Arquivo & Administração. Rio de Janeiro: AAB, v.7, n.2, jul./dez. , p. 5- 10, 2008.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Inventários da Coleção Família Barbosa de Oliveira. Rio de Janeiro: s.n, 2012. Volumes I, II, III e IV.

\_\_\_\_\_. Glossário de Tipos Documentais. Rio de Janeiro: sn, 2017.

\_\_\_\_\_. Projeto Tipologia Documental na Família Barbosa de Oliveira. Relatório de bolsistas. Rio de Janeiro: sn, 2016 e 2017.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Relatório de Reuniões. Rio de Janeiro: sn, 2015, 2016 e 2017.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_, (Org.). A coleção família Babosa de Oliveira. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017. 152 p.

\_\_\_\_\_; PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. (Orgs.). Arquivos pessoais e cultura: O direito à memória e à intimidade. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. 348 p.

ROQUETTE, J.I. Código do Bom-Tom, ou, Regras da civilidade e de bem viver no século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.400p.

SISTEMA DE ARQUIVOS USP – SAUSP. Glossário de Espécies/ Formatos e Tipos Documentais da Universidade de São Paulo. Portaria GR n° 3083/97 Anexo III. out. 1997.

**Nome:** Vitória de Freitas Machado

**Trabalho:** [Tipologia documental nas bases de dados internacionais - \*The National Archives\*](#)

**Curso/Instituição:** História/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

**Orientador:** Lúcia Maria Velloso de Oliveira

**Projeto:** Tipologia Documental na Família Barbosa de Oliveira

**Fonte de financiamento:** CNPq

**Período:** setembro de 2016 a julho de 2018. 2º ano.

O trabalho, que se insere no projeto *Tipologia Documental na Família Barbosa de Oliveira*, refere-se à pesquisa por amostragem desenvolvida a partir da base de dados do Reino Unido, *The National Archives*. Esta vertente do projeto visa à identificação de termos relevantes em bases de dados que contemplam países com tradição arquivística. Nesse sentido, são visadas as ocorrências de termos relativos às espécies e aos tipos documentais em arquivos pessoais e familiares na base estrangeira, respeitando o recorte temporal compreendido entre os séculos XVIII e XIX.

Como objetivo principal, o levantamento visa à constituição de um parâmetro a fim de fundamentar a elaboração de conceitos de tipos documentais no Brasil. A partir dos dados verificados e sistematizados, além de contribuir para a produção de conhecimento no que tange à Tipologia documental, há a difusão dos acervos arquivísticos o que, conseqüentemente, facilita a pesquisa e o acesso à informação, tendo como motivação a busca pela consolidação de tipos documentais.

O estudo tipológico fora utilizado como metodologia em adição à elaboração de instrumentos de pesquisa. Foram adotadas palavras-chave, como *personal papers*, *personal collection*, *personal archives*, dentre outras, para a pesquisa por amostragem que se utilizou de 5% (cinco por cento) dos primeiros registros devido ao grande volume dos mesmos. Os critérios utilizados foram a correspondência ao período temporal do projeto supracitado e a constituição de arquivo pessoal, tendo os resultados dispostos em tabelas, o que permite uma melhor visualização e quantificação dos dados.

*The National Archives* constitui um portal, portanto, mesmo com, por vezes, certa limitação no que tange às descrições feitas por diferentes instituições, os fundos verificados apresentam grande riqueza cultural. Não sendo contemplados apenas registros de grandes personalidades da História como Napoleão Bonaparte ou a rainha dos Países Baixos, arquivos de pessoas ordinárias foram verificados de igual modo, dentre eles, arquitetos, vendedores de livros, advogados, fazendeiros. Todos, sem distinção, contribuíram para a conclusão da pesquisa com a realização de um levantamento de 2.834 (dois mil oitocentos e trinta e quatro)

termos que, uma vez agrupados, viabilizam maior elucidação quanto questões referentes à tipificação.

## Referências

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre arquivos pessoais. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro: AAB, v. 7, n. 2, jul./dez., p. 5-10, 2008.

DELMAS, Bruno. Os arquivos na sociedade contemporânea. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro: AAB, v. 9, n. 2, jul./dez., p. 5-14, 2010.

HEREDIA HERRERA, Antonia. En torno al tipo documental. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro: AAB, v. 6, n. 2, jul./dez., p. 25-50, 2007.

NESMITH, Tom. Conhecimento e educação para a sociedade dos arquivos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro: AAB, v. 9, n. 2, jul./dez. , p. 15-30, 2010.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro: AAB, v.12, n.2, jul./dez. , p.28-51, 2013.

\_\_\_\_\_. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; MELLO, Maria Lucia Horta Ludolf de. *O Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; MOURA, Leila Estephanio de. *Temporalidade e Destinação dos Documentos Arquivísticos da Fundação Casa de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2003.

ROQUETTE, J.I. *Código do Bom-Tom, ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TAYLOR, Hugh. *The archivist, the letter, and the spirit*. *Archivaria*, v.43, p. 01-16. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12174-13887-1>>. Acesso em: 15/09/2016.

THE NATIONAL ARCHIVES. Base de dados. Disponível em: <http://www.nationalarchives.gov.uk/search/>. Último acesso em: 23 jun. 2018.

**Nome:** Mariana Franco Teixeira

**Trabalho:** [Coleções de periódicos raros: O Malho no Repositório Rui Barbosa de Informações Culturais – RUBI](#)

**Curso/Instituição:** Biblioteconomia e Documentação/Universidade Federal Fluminense

**Orientador:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Lígia Silva Medeiros

**Projeto:** Coleções digitais: ampliação e qualificação do acesso aos acervos memoriais da FCRB

**Fonte de financiamento:** CNPq

**Período:** Fevereiro de 2017 a julho de 2018. 2º ano.

O projeto "Coleções Digitais: ampliação e qualificação do acesso aos acervos memoriais da FCRB" tem como objetivo pesquisar, no acervo da FCRB, diferentes formas de apropriação, utilização, acesso e democratização dos acervos digitais dessa instituição.

O Repositório Rui Barbosa de Informações Culturais - RUBI visa promover e manter os acervos memoriais e institucionais por meios digitais, incentivar a produção de conhecimento, o livre acesso da informação e a preservação dos acervos memoriais e institucionais e dos documentos produzidos por pesquisadores da FCRB e também daqueles apresentados em eventos.

O repositório digital é um meio de armazenamento de objetos digitais, que possibilita seu acesso em diferentes espaço e tempo. Os repositórios institucionais introduzem-se no seio do movimento em prol do acesso aberto à informação; eles constituem uma inovação dentro do sistema de comunicação e na maneira como a informação é gerenciada.<sup>1</sup>

O termo “metadados” foi cunhado por Jack E. Meyers em 1969 e registrado em 1986 como marca dos EUA, fundada pela Meyers. Posteriormente, o termo passou a ser utilizado por diversas áreas relacionadas à informação, como a ciência da computação, a estatística e o banco de dados. Os “metadados são dados que descrevem outros dados, aplicados tanto para documentos de qualquer natureza através da catalogação e indexação, como especificamente para recursos eletrônicos ou digitais”. São informações que descrevem, explicam, localizam e possibilitam a recuperação, a utilização e o gerenciamento de recursos de informação para os objetos digitais. Sua diversidade de funções permite assegurar a qualidade, a localização, o acesso e a preservação da informação.<sup>2</sup>

Os esquemas de “metadados” descrevem recursos a fim de facilitar sua preservação e recuperação e oferecem estrutura de conhecimento às distintas áreas, possibilitando a descoberta e a utilização da informação dentro delas.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> LEITE, Fernando César Lima; et al. *Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica*.

<sup>2</sup> NHACUONGUE, Januário Albino. *O Campo da Ciência da Informação*, p. 96.

<sup>3</sup> Ibid. p. 104-106.

O periódico *O Malho* Uma das coleções digitais inseridas no RUBI. Trata-se de uma revista ilustrada de sátira, crítica e crônicas políticas, que circulou no Rio de Janeiro entre 1902 e 1954. Era publicada semanalmente, trazendo charges e caricaturas ironizando a política nacional.<sup>4</sup> Vale destacar que na primeira década do século XX, *O Malho* satirizou a subordinação do Estado aos interesses civilista, atacando a candidatura de Rui Barbosa à presidência e apoiando a candidatura de Hermes da Fonseca.<sup>5</sup>

Por meio do DSpace, o RUBI é uma importante ferramenta que permite o acesso e a democratização das coleções digitais, como os periódicos raros, de cuja coleção *O Malho* faz parte, além de coleções de iconografia, de cordel, de trabalhos acadêmicos; ela também permite o acesso de outras coleções e acervos digitais, além de contribuir para sua conservação.

## Referências bibliográficas

*O Malho*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/malho-o>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

LEITE, Fernando César Lima et al. *Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica*. Brasília: Ibict, 2012.

NHACUONGUE, Januário Albino. *O campo da ciência da informação: contribuições, desafios e perspectivas da mineração de dados para o conhecimento pós-moderno*. São Paulo, 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.

SILVA, Livia Freitas Pinto. Rui Barbosa e a Campanha Civilista nas caricaturas da revista *O Malho*. In. Encontro Regional (ANPUH-MG), 18, 2012, Mariana – MG. *Anais...* Ouro Preto: EDUFOP, 2013.

---

<sup>4</sup> *O Malho*.

<sup>5</sup> SILVA, Livia Freitas Pinto. Rui Barbosa e a Campanha Civilista nas caricaturas da revista *O Malho*.

**Nome:** Luana Matos do Nascimento

**Título:** [Mídia e política: o caso Sarney](#)

**Curso:** História (licenciatura) – UFF

**Orientadora:** Eula Dantas Taveira Cabral

**Projeto:** Concentração midiática diante da democratização da comunicação e da diversidade cultural: análise das estratégias dos grandes conglomerados.

**Fonte de financiamento:** FCRB

**Período:** agosto 2017 – julho de 2018, 1º ano

Na 13ª Jornada de Iniciação Científica irei apresentar os resultados de minha atuação como bolsista no projeto “Concentração midiática diante da democratização da comunicação e da diversidade cultural: análise das estratégias dos grandes conglomerados”, sob orientação da Dra. Eula D. T. Cabral, que tem como foco a Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC). O objetivo é “analisar a concentração da mídia no Brasil, verificando as estratégias dos conglomerados, o papel do governo e demandas das organizações sociais que defendem a democratização da comunicação e a diversidade cultural” (CABRAL, 2018, p. 8).

O projeto leva em consideração três estratégias: 1. Pesquisa científica; 2. Eventos relacionados à área de EPCC; 3. *Site* EPCC com notícias, pesquisas, eventos e legislação nacional e internacional sobre a temática estudada. A meta é chegar à sociedade, mostrando a importância de uma mídia democrática, em que os indivíduos tenham espaço para lutar pelos seus direitos, principalmente no que tange à comunicação e à cultura.

No caso a pesquisa científica, “Concentração midiática diante da democratização da comunicação e da diversidade cultural: análise das estratégias dos grandes conglomerados”, é o ponto central do projeto EPCC. É feita a partir de pesquisas bibliográfica e documental, além de entrevistas com representantes do governo federal, dos empresários da mídia e da sociedade civil sobre concentração da mídia, programação e diversidade cultural.

Como o tema é abrangente, depois de reuniões, leituras e debates, cada um dos participantes trabalhou alguns dos aspectos estudados. A minha parte se pautou em mídia e políticos, especificamente sobre o ex-presidente do Brasil, José Sarney, pois o seu governo foi o que mais fez concessões de emissoras de rádio e televisão aos políticos, ou seja, maior concentração de informação e poder afetando a democracia e a cultura.

Primeiramente, foi necessário entender o porquê de no Brasil a mídia não ser democrática e os efeitos disso na cultura. Tivemos como principais leituras artigos e livros de especialistas da área de EPCC, como Adilson Cabral, Eula Cabral, Lia Calabre, César Bolaño, Venício Lima, Pâmela Pinto e Suzy Santos. Além dos documentos: Constituição Federal de 1988, Convenção sobre Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais e Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Com o conhecimento adquirido, observou-se que os veículos que mais são consumidos pelos brasileiros (rádio e TV aberta) estão nas mãos de cinco conglomerados nacionais de mídia: Rede Globo, Record, SBT, Bandeirantes e Rede TV!, sendo que as mídias regionais e locais estão com políticos, famílias e religiosos.

Na prática, quer dizer que a informação está concentrada nas mãos de poucos, facilitando que seja manipulada segundo interesses específicos, muitas vezes políticos. Sendo que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 220, parágrafo 5º, registra-se que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio” e no artigo 54, parágrafo 1º, os deputados e senadores não podem ter nem dirigir concessões públicas, como as emissoras de rádio e televisão. Além disso, no artigo 223 registra-se que a aprovação ou renovação de concessões de emissoras de rádio e TV passa pelos parlamentares.

No entanto, mesmo sendo ilegal, a presença de políticos nos meios de comunicação é histórica. O ex-presidente José Sarney (1985-1989), por exemplo, é dono do Sistema Mirante, considerado um dos maiores grupos de comunicação integrada do Nordeste e o maior do Maranhão. Um político que, mesmo sabendo da ilegalidade de se ter uma mídia dirigida por ele, nunca poupou esforços em defender que necessita dos meios a seu favor para fazer suas campanhas políticas, garantindo em seu nome audiência e influência política sobre o povo maranhense.

Não se pode negar que a propriedade midiática dos políticos é um obstáculo para a efetivação da democracia do Brasil, pois reforça laços históricos entre emissoras de rádio e televisão com oligarquias políticas locais, aumentando a possibilidade de concessionários serem eleitos, manipulando as informações. Cabe à sociedade lutar em prol da democratização da mídia, fazer valer as leis e garantir que a comunicação e a cultura sejam direitos de todo(a)s.

### **Referência bibliográfica:**

CABRAL, Eula D.T. Concentração midiática diante da democratização da comunicação e da diversidade cultural: análise das estratégias dos grandes conglomerados. 2018. *EPCC*. Disponível em: [https://docs.wixstatic.com/ugd/ad71bb\\_b100832ff4ea43dd90146113be695af9.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/ad71bb_b100832ff4ea43dd90146113be695af9.pdf). Acesso em: 2 jan.2018.

**Nome:** Thainá Queiroz Alves.

**Trabalho:** [Mídia e diversidade cultural](#) .

**Curso/Instituição:** Ciências Sociais (bacharel) – UFRJ.

**Orientadora:** Eula Dantas Taveira Cabral.

**Projeto:** Concentração midiática diante da democratização da comunicação e da diversidade cultural: análise das estratégias dos grandes conglomerados.

**Fonte de financiamento:** FCRB

**Período:** agosto de 2017 a julho de 2018. 1º ano.

O objetivo deste projeto é “analisar a concentração da mídia no Brasil, verificando as estratégias dos conglomerados, o papel do governo e demandas das organizações sociais que defendem a democratização da comunicação e a diversidade cultural” (CABRAL, 2018, p. 8). Visa-se a estudar a Concentração Midiática diante das estratégias feitas pelos grandes conglomerados nos âmbitos local, regional, nacional e global, o papel dos governantes diante deste fenômeno — no que concerne à criação de leis que regulamentem a mídia — e demandas das organizações sociais que defendem a democratização da comunicação e a diversidade cultural.

O projeto leva em consideração três estratégias: 1. Pesquisa científica; 2. Eventos relacionados à área de EPCC; 3. Site EPCC com notícias, pesquisas, eventos e legislação nacional e internacional sobre a temática estudada. Busca-se “aproximar a sociedade para a luta em prol da democratização da mídia, analisando-se teorias e práticas de pesquisadores e ativistas das áreas de Comunicação e Cultura, levando-se em consideração a realidade social, econômica, política, cultural e tecnológica, além da legislação e comportamento do mercado” (CABRAL, 2018b, p.2).

É importante enfatizar que a **pesquisa científica** que se está desenvolvendo é o ponto central do projeto EPCC. Realiza-se a partir de pesquisas bibliográfica e documental, além de entrevistas com representantes do governo federal, dos empresários da mídia e da sociedade civil sobre concentração da mídia, programação e diversidade cultural.

A partir das leituras, reuniões e conhecimento adquirido coube a cada membro do projeto refletir melhor sobre um dos aspectos estudados. A este trabalho coube a análise sobre mídia e diversidade cultural. Advoga-se que, ao se pesquisar mídia e cultura, não se pode ignorar que o Brasil é multiculturalista, que sua população consome os meios de comunicação e telecomunicações, sendo que mais de 90% assistem TV aberta e acreditam nas informações difundidas, sendo manipuladas por interesses dos conglomerados Rede Globo, Record, SBT, Bandeirantes e Rede TV!, junto com suas afiliadas, que estão nas mãos de políticos, famílias e religiosos, distribuídas em todos os municípios onde se tem energia elétrica.

Diante da concentração midiática, observa-se que o conteúdo difundido pela mídia não leva em consideração a realidade cultural de cada cidade brasileira. Ignoram-se legislações internacionais voltadas para a diversidade cultural, como a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, da Unesco, e a Constituição de 1988, em especial no que toca aos capítulos sobre cultura (seção II, artigos 215 e 216) e comunicação (capítulo V, artigos 220 a 224), chamando atenção para o fato de que a comunicação e a cultura são direitos de todo(a)s e de que a mídia precisa ser democratizada.

Não se pode ignorar ainda que a diversidade cultural retoma o vínculo entre cultura e identidade, sendo considerada pela Unesco um dos princípios básicos da dignidade da pessoa humana, devendo ser incluída, por isso, como um dos diferentes aspectos culturais nos planos nacional e internacional de desenvolvimento, o que contribui para se reafirmar o direito soberano por parte dos Estados para a promoção de políticas que garantam a proteção das identidades culturais.

São profundas as transformações nas áreas da comunicação e da cultura e cada vez mais emergente a criação de políticas que invistam na democratização da mídia e na propagação da diversidade cultural, pois, como questões complexas e fundamentais, faz-se necessária sua inclusão na agenda pública e a participação da sociedade civil.

### **Referências bibliográficas:**

CABRAL, Eula D.T. Concentração midiática diante da democratização da comunicação e da diversidade cultural: análise das estratégias dos grandes conglomerados. 2018. *EPCC*.

Disponível em:

[https://docs.wixstatic.com/ugd/ad71bb\\_b100832ff4ea43dd90146113be695af9.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/ad71bb_b100832ff4ea43dd90146113be695af9.pdf). Acesso em 2 jan.2018.

\_\_\_\_\_. Estratégias para envolver a sociedade na luta pela democratização da mídia. *VII Seminário de Pesquisas em Mídia e Cotidiano*. GT2 – Mídia e política: vozes, resistências, projetos. Niterói: UFF 2018b.

CONVENÇÃO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. *UNESCO*. Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>. Acesso em: 9 ago.2017.

**Nome:** Cícera Cidineide Teixeira Vieira

**Trabalho:** [Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural \(SID/MinC\) – Uma forma plural de Políticas Públicas de Cultura](#)

**Curso/Instituição:** Produção Cultural – UFF

**Orientador:** Lia Calabre

**Projeto:** Democracia e participação: políticas culturais no Brasil dos anos 2000

**Fonte de financiamento:** CNPq

**Período:** agosto/2017 – julho/2018. 2º ano

Inúmeros estudos apontam que a gestão do presidente Lula tendo Gilberto Gil como ministro da cultura construiu perspectivas inovadoras para as políticas públicas de cultura no Brasil, trazendo uma visão antropológica para o campo de estudo. No presente trabalho, destacaremos as ações, na forma de editais e prêmios, da Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural (SID/MinC) no período do governo Lula (2003-2010) comparando com o período Dilma (2001-2016), suas principais ações e desdobramentos. Nessa pesquisa tivemos como norte o conceito de política pública de cultura apresentado por Lia Calabre (2005, p. 9) como sendo um conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura. Com um levantamento documental, feito no *site* do Ministério da Cultura e nas publicações do *Diário Oficial da União*, temos uma pequena análise do período de existência dessa Secretaria.

A Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural (SID/MinC) foi criada em 2003 para lançar luz à cultura de base da sociedade brasileira e promover o diálogo e o debate com setores representativos da Diversidade Cultural Brasileira desprovidos de políticas públicas (MinC, 2003). As culturas populares, indígenas, ciganas, bem como a diversidade sexual, o movimento *hip hop* e a área da saúde mental tiveram editais específicos, respeitando as especificidades de cada temática abordada. Através desses editais a Secretaria colocou em ação o *Programa Identidade e Diversidade Cultural: Brasil Plural*, primeiro programa específico para a diversidade cultural no país, criado em 2003. Com esse tipo de política, o Brasil estava atendendo a alguns dos objetivos da *Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). As atividades da SID como secretaria única foram suspensas em janeiro de 2011 quando a então ministra da cultura Ana de Hollanda decidiu por fundi-la à Secretaria de Cidadania Cultural (SCC/MinC) criando a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC/MinC). Essa junção foi pensada para que houvesse mais integração política entre as Secretarias e um ‘enxugamento’ do Ministério da Cultura, mas um reflexo direto dessa ação foi a descontinuidade de projetos.



Podemos perceber que houve uma perda significativa no volume de editais lançados causando ruptura de projetos, e para além disso, as conquistas como a sistematização e institucionalização das políticas, não podem ser “dispensadas sumariamente”, pois “induzem a uma melhor prática da produção cultural”. (MIRANDA, 2016; BARBALHO, 2017). Essa observação nos força a citar o pesquisador Albino Rubim (2007) quando ele fala sobre as “três tristes tradições” que marcaram a história das políticas culturais brasileira: ausências, autoritarismos e descontinuidades. Atualmente, com a extinção e um retorno sob fortes protestos da classe artística, o Minc se percebe como um Ministério apático e com um orçamento cada vez mais reduzido, prejudicando diretamente as Políticas Públicas de Cultura já efetivadas e dificultando que haja o desenvolvimento de uma cidadania cultural plena no Brasil.

#### Fontes documentais:

MINISTÉRIO DA CULTURA, Minc. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/>.

DIÁRIO Oficial. Disponível em: <http://portal.imprensa nacional.gov.br/>

#### Referências bibliográficas:

BARBALHO, Alexandre. Em tempos de crise: o MinC e a politização do campo cultural brasileiro. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 23-46, jan./jun. 2017.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais: diálogo indispensável*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

MIRANDA, Danilo. Sem pasta própria, Cultura vai permanecer em coma. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 maio 2016. Ilustrada. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1772589-sem-pasta-propria-cultura-vai-permanecer-em-coma.shtml>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

RUBIM, Albino. Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições. *Revista Galáxia*, São Paulo, n.13, p. 101-113, jun. 2007.

**Nome:** Carolina Costa Moreira

**Trabalho:** [Diversidade Cultural e Políticas Culturais: o que um tema pode dizer sobre uma área?](#)

**Curso/Instituição:** Bacharelado em Ciências Sociais – UERJ

**Orientador:** Lia Calabre

**Projeto:** Levantamento e Análise do Campo de Pesquisa em Políticas Culturais no Século XXI

**Fonte de financiamento:** CNPq

**Período:** agosto/2017 – julho/2018. 2º ano

O projeto “Levantamento e Análise do Campo de Pesquisa em Políticas Culturais no Século XXI” possui como uma de suas principais frentes de pesquisa a formação do Centro de Referências de Políticas Culturais – FCRB, um repositório que visa reunir documentos, das mais diversas tipologias, referentes ao campo de Políticas Culturais no Brasil. Em um sentido formativo, a área de Políticas Culturais pode ser entendida como híbrida e composta por diferentes subáreas, tais quais Gestão, História, Direito Antropologia, Sociologia, Ciência Política e Economia (CALABRE, 2016, p.1-2). Além de sua multiplicidade constitutiva característica, os estudos sobre o campo de Políticas Culturais ganharam tons apenas muito recentemente, na virada do milênio do século XX para o XXI, e ainda de forma fragmentária (Ibid.). Assim, análises, panoramas e levantamentos sobre o campo se fazem absolutamente justificáveis.

Desse modo, entende-se que um estudo robusto sobre a área de Políticas Culturais possa demandar também um exame das subáreas que a compõem. O que este trabalho propõe, entretanto, é um estudo, não das subáreas de Políticas Culturais, mas sim, dos temas que por ela são comumente mobilizados, mais especificamente o da diversidade cultural. Tudo isto pensando em propor uma chave complementar a estudos já existentes, e em desenvolvimento, que abordam as subáreas e também levando em consideração a grande disponibilidade de anais e pesquisas produzidas a partir de colóquios, seminários e conferências realizados, que permitirão observar frontalmente temas recorrentes.

O presente trabalho dedica-se, então, a pensar o tema da diversidade cultural, como importante temática que transita pelo campo de Políticas Culturais, não necessariamente como derivada ou constituinte deste, mas com o qual se relaciona. Se, como dito, há uma grande relevância em mapear o campo de Políticas Culturais como um todo, é possível que a análise de temáticas cativas a ele – em especial aquelas mais mobilizadas contemporaneamente, como é o caso da diversidade cultural – também se faça tarefa requerida.

Como metodologia, será utilizada a análise de redes bem como aporte teórico referente aos mediadores simbólicos que caracterizam o tema da diversidade cultural nas Políticas

Culturais. Por meio de palavras-chave e *corpus* textuais e uso de *softwares*, como Iramuteq, será possível gerar um mapeamento dos termos referentes à diversidade cultural mobilizados no recorte das políticas culturais, sendo, com isso, possível descobrir em que medida o tema da diversidade cultural é um eixo central ou periférico nas questões das Políticas Culturais e de que forma ele se expressa nesse campo.

Em suma, este trabalho pretende demonstrar de que maneira se relaciona, por meio dos mapeamentos semânticos produzidos pelas técnicas citadas, a temática amplamente mobilizada da diversidade cultural com as Políticas Culturais, como área híbrida e complexamente desenhada. Há, assim, uma grande possibilidade de prospecção e ampliação especulativa do que vem a ser a área de Políticas Culturais, através da tomada de conhecimento das características das temáticas que a ela perpassam.

### **Referências bibliográficas:**

CALABRE, Lia. *Políticas Culturais e contemporaneidade: criação de um centro de referência e de estudos em Política Culturais*. Disponível em: [www.casaruiarbosa.gov.br/arquivos/file/bolsitas17/e\\_Centro\\_de\\_Referencia\\_em\\_Politica\\_Culturais.pdf](http://www.casaruiarbosa.gov.br/arquivos/file/bolsitas17/e_Centro_de_Referencia_em_Politica_Culturais.pdf). Acesso em: 23 jul. 2018.

MIRA, Maria Celeste. Entre a beleza do morto e a cultura viva: a(s) cultura(s) popular(es) na virada do milênio e seus mediadores simbólicos. *Caderno CRH* [online]. v. 29, n. 78, p. 427-442, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792016000300427&script=sciabstract&tlng=pt/>. Acesso em: 23 jul. 2018.

NEWMAN, J. *The structure of scientific collaboration networks*. Santa Fe Institute, 2000.

SANTOS, Marcelo Augusto de Paiva dos; COSTA, Carolina. Contornos sobre o campo de pesquisa em diversidade cultural. *Boletim Observatório da Diversidade Cultural, Diversidade Cultural, Políticas Culturais e Gestão*, v. 77, n. 2, p. 9-16, mar./abr. 2018, Disponível em: <http://observatoriodadiversidade.org.br/site/wp-content/uploads/2018/05/boletim-odc-maio-2018-vf2.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

**Nome:** Pedro Henrique Silva Ramos Maués

**Trabalho:** [O Conselho Nacional do Ministério Público como uma Agência de Accountability](#)

**Curso/instituição:** Ciências Sociais – Puc-Rio

**Orientador:** Fábio Kerche

**Projeto:** O Sistema de Justiça no Brasil: o Conselho Nacional do Ministério Público, Democracia e Accountability

**Fonte de financiamento:** FCRB

**Período:** agosto 2017 – julho 2018. 1º ano

O resumo visa esclarecer o material que será apresentado na 13ª Jornada de Iniciação Científica da FCRB. Possuímos como principal objeto de análise o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e sua atuação como instituição corregedora de membros do Ministério Público (MP).

O Conselho teve sua fundação no ano de 2004 pela Emenda Constitucional nº 45, que lhe atribuiu o papel de órgão fiscalizador de ações administrativas, financeiras e disciplinares das organizações e membros do MP. Dessa forma, é possível, através de denúncias e reclamações, elaborar um instrumento de participação popular na instituição estatal.

Assim, o objeto de análise desempenharia, em teoria, um papel de instituição reguladora de órgãos com alto grau de discricionariedade. Tendo em vista que o critério de seleção dos integrantes do MP não passa por processo de indicação democrática, o conselho deveria atuar como uma agência externa de *accountability* horizontal.

A grande reflexão que esse trabalho pretende desenvolver gira em torno de compreender a participação de indivíduos externos a instituição MP. Visto isso, nosso principal objetivo fundamentou-se na criação de um banco de dados referentes a decisões emanadas pelo CNMP.

Levamos em consideração os diferentes meios de se iniciar um procedimento disciplinar e seu desenvolvimento até se tornar uma ação. Quantificamos características como a natureza dos processos, os tipos de requerentes e principalmente os tipos de decisões emanadas pelo *Conselho*.

A partir de instrumentos de estatística aplicada e análise das decisões emanadas pelo colegiado, conseguimos observar e mensurar a dificuldade de se responsabilizar um agente público.

Nossa apresentação será dividida em quatro etapas. A primeira introduz o objeto, CNMP, junto com uma breve descrição de suas funções e atribuições. Daremos destaque ao debate político que houve em torno de sua fundação.

A segunda analisará o papel fiscalizador do Conselho à luz da ciência política. Nessa parte, trataremos de descrever as principais teorias que cercam a pesquisa, analisando a

discricionariade da instituição e se a mesma atua como uma agência de *accountability* externo sobre membros do Ministério Público (MP).

Na terceira parte, iremos expor os dados coletados durante o período de análise. Esses, por sua vez, caracterizam-se por conter informações quantitativas primárias e secundárias. Trata-se dos processos julgados pelo Conselho entre os anos de 2011 e 2017.

Vale a pena ressaltar que existem dois meios de se abrir um processo disciplinar sobre um agente público. O primeiro é gerado por reclamações disciplinares enviadas à corregedoria, e o segundo se qualifica como procedimentos enviados diretamente à plenária do Conselho.

Dessa forma, elaboramos nossa própria quantificação para analisar os dados dos processos emanados diretamente para plenária. Em relação àqueles oriundos da corregedoria, utilizamos dados secundários dos próprios relatórios anuais do CNMP.

Por fim, iremos reportar as principais descobertas realizadas durante o período de pesquisa. Iremos destacar todas as frequências obtidas de nossa quantificação e os cruzamentos de dados referentes aos processos coletados. Como conclusão, apresentaremos a interpretação analítica de nossos dados.

### **Referências bibliográficas**

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, Sessões do Plenário. Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/sesoes-do-plenario>>

KERCHE, Fábio. *Virtude e limites: autonomia e atribuições do Ministério Público no Brasil*. São Paulo, Edusp, 2009.

\_\_\_\_\_. Autonomia e discricionariade do Ministério Público no Brasil. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 259-279, jul. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n2/a02v50n2.pdf>.

\_\_\_\_\_. O Ministério Público no Brasil: relevância, características e uma agenda para o futuro. *Revista USP*, São Paulo, n. 101, p. 113-120, mar./abr./maio 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/87818>.

LEVIN, Jack; FOX, James Alan; FORD, David R. *Estatística para ciências humanas*. Tradução Jorge Ritter; revisão técnica Fernanda Bonafini. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

**Nome:** Dâmaris Burity Jeronimo.

**Trabalho:** [O Conselho Nacional do Ministério Público Como Uma Agência de \*Accountability\*](#).

**Curso/Instituição:** Ciência Política, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

**Orientador:** Fábio José Kerche Nunes.

**Projeto:** O Sistema de Justiça no Brasil: O Conselho Nacional do Ministério Público, Democracia e *Accountability*.

**Fonte de financiamento:** assistente de pesquisa voluntária.

**Período:** agosto de 2017 a julho de 2018. 1º ano.

O Projeto de pesquisa busca analisar a efetividade do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) como uma agência de *accountability* em relação ao Ministério Público (MP); visto que, desde a Constituição Federal de 1988, o órgão se tornou independente. Recebendo do constituinte uma expressiva medida de autonomia, discricionariedade e instrumentos de ação, (KERCHE, 2014).

Em função dessa realidade pouco familiar à democracia em análise comparada - ou seja, uma instituição formada por atores políticos não eleitos, responsável entre outras coisas pela ação penal pública, que possui alta dose de discricionariedade e é pouco *accountable* - surgiu a necessidade da criação de uma agência externa ao Ministério Público que pudesse dar previsibilidade ao padrão comportamental de promotores e procuradores através de sanções e premiações por suas atitudes. Em 2004, através da Emenda Constitucional 45, o CNMP foi criado tendo como função a “fiscalização administrativa, financeira e disciplinar do Ministério Público no Brasil e de seus membros, respeitando a autonomia da instituição”. O *locus* dessa pesquisa está no estudo do caráter disciplinar imputado ao Conselho Nacional.

O objetivo geral do projeto é a construção de uma base de dados que tem como substrato as decisões proferidas pelo CNMP. Através da análise dos dados verificar se o Conselho Nacional funciona de fato como uma agência externa de *accountability*, como um instrumento que pode ser utilizado pela sociedade no caso de violação de direitos por parte de procuradores e promotores sendo estes passíveis de responsabilização; ou se funciona mais como uma instância instrumentalizada pelos próprios membros do Ministério Público para sanar questões internas. Em um primeiro momento foi realizado um levantamento das atas das sessões do Conselho Nacional entre janeiro de 2011 e dezembro de 2017. E as considerações expostas neste trabalho são referentes a esse período.

Por o Ministério Público ter expressiva medida de autonomia, discricionariedade e instrumentos de ação combinada ao seu perfil pouco *accountable* a atores externos (KERCHE, 2009), se fez necessária a criação de uma agência que fiscalizasse suas ações. Diversas matérias de jornais publicadas na época da fundação do Conselho Nacional do

Ministério Público destacavam as demandas provenientes do apelo popular por maior controle sobre o MP. O jornal Correio Braziliense de maio de 2005 apontou sobre a moralidade administrativa, “sacrificada por atos de nepotismo, corrupção e abuso de poder”. O Jornal Folha de São Paulo, também de maio de 2005, registrou sobre os Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público: “Instituídos pela reforma do Judiciário, eles irão fiscalizar juízes e membros do Ministério Público corruptos ou negligentes”.

Portanto, a pesquisa evidencia sua relevância não apenas por um aspecto teórico das especificidades distintas do Ministério público em perspectiva comparada com instituições responsáveis pela ação penal em outras democracias pelo mundo e por ser precursora no campo teórico das Ciências Sociais; mas também por um aspecto substancial, valorativo, do impacto dessa agência na sociedade. A pesquisa também busca demonstrar, após análise dos dados, se as expectativas que pairavam no imaginário social como também os termos assinalados nas disposições legais a respeito do CNMP foram atingidos ou estão distantes do perfil decisional do Conselho Nacional do Ministério Público.

### **Referências bibliográficas**

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Correio Braziliense. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_05&PagFis=64416&Pesq=CNMP](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_05&PagFis=64416&Pesq=CNMP). Acesso em: 25 jul. 2018.

KERCHE, Fábio. *Virtude e Limites: autonomia e atribuições do Ministério Público no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2009.

\_\_\_\_\_. O Ministério Público no Brasil: relevância, características e uma agenda para o futuro. *Revista USP*, São Paulo, n° 101, p. 113-120, mar./abr./maio 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/87818>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Autonomia e discricionariedade do Ministério Público no Brasil. Rio de Janeiro: *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, v. 50, n. 2, p. 259-279, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n2/a02v50n2.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (Brasil). Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/o-cnmp/apresentacao>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u68708.shtml>. Acesso em: 25 jul. 2018.

**Nome:** Juan Acácio Garrido Tavares.

**Trabalho:** [Considerações Introdutórias ao conceito de Cosmopolitismo em Kant.](#)

**Curso/Instituição:** Filosofia / Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

**Orientador:** Charles Pontes Gomes.

**Projeto:** Migrações Internacionais e Refúgio.

**Fonte de financiamento:** CNPq

**Período:** agosto/2017 a julho/2018 2º ano.

O conceito de cosmopolitismo é de extrema importância para o projeto filosófico de Kant. É por meio dele que se abre a possibilidade de síntese entre sua filosofia política e sua filosofia da história, visto que a busca por um fim da humanidade, como espécie, gera o questionamento acerca da possibilidade de administração universal do Direito. Esse Direito a ser administrado universalmente caracteriza-se como o Direito Cosmopolita, o mesmo que aparece como última dimensão do Direito Público, na Doutrina Universal do Direito, e que está limitado às condições de “hospitalidade” no Terceiro Artigo Definitivo para a Paz Perpétua. O que é “cosmopolitismo” para Kant? Como esse conceito se articula na filosofia política em relação à filosofia da história no esquema teórico do filósofo de Königsberg? São essas as problematizações que fundamentam esse projeto.

O objetivo principal deste trabalho é a realização de uma análise introdutória ao conceito de “cosmopolitismo” na teoria política de Kant, tendo como orientação três obras distintas: *Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita, À Paz Perpétua*, mais precisamente o *Terceiro Artigo Definitivo para a Paz Perpétua*, e, por fim, *A Metafísica dos Costumes*, mais precisamente a *Seção III* da segunda parte da *Doutrina do Direito*, referente ao *Direito Público*. Desse modo, o estudo pretende comparar as perspectivas do tema em questão, promovendo a clarificação dos conceitos que estruturam argumentativamente o esquema teórico em análise e apresentando a relação existente entre eles.

A metodologia utilizada para realização do trabalho consiste na análise de uma bibliografia específica sobre a questão em estudo, atendo-se à exposição e à clarificação da utilização dos termos e conceitos, apresentados como fundamentais para a argumentação em questão. Consiste, também, na análise comparativa das obras, na tentativa de expor as relações dos esquemas teóricos estabelecidos, apontando para a possibilidade de constituição de uma visão mais ampla do tema.

Com a exposição do conceito de cosmopolitismo como a “perfeita união civil na espécie humana”, concepção presente na *Ideia de uma História Universal de um Ponto de*

*Vista Cosmopolita*, é possível perceber que os fundamentos para a solução do problema enunciado na *Quinta Proposição* estão ancorados na ideia de uma “comunidade jurídica de posse”, como apresentado na *Doutrina do Direito*, e do carácter de “hospitalidade” – condição para o estabelecimento do Direito Cosmopolita, enunciado no projeto *À Paz Perpétua* –, que só é possível a partir de certos pressupostos que se relacionam com as outras obras. Já consolidados o “Direito do Estado” e o “Direito das Gentes”, abrem-se as questões: seria hora de se estabelecer uma outra esfera do Direito? Existe a real possibilidade da administração universal do Direito?

### **Referências bibliográficas**

KANT, Immanuel. *A metafísica dos costumes*. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. Bauru, São Paulo. Edipro, 2003.

\_\_\_\_\_. *À paz perpétua: um projeto filosófico de Immanuel Kant*. Nova ed. aum. Königsberg, Friedrich Nicolovius - 1796. Tradução: Marco Antonio de A. Zingano. L&PM Editores S/A, 1989.

\_\_\_\_\_. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Org. Ricardo R. Terra. 4. ed. São Paulo: Ed. WMF: Martins Fontes, 2016. (Biblioteca do pensamento moderno).

**Nome:** Gabriella Cristina Vieira Monteiro

**Trabalho:** [Reunião Familiar à luz do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana](#)

**Curso/Instituição:** Direito/Universidade Candido Mendes

**Orientador:** Charles Pontes Gomes

**Projeto:** Clínica Jurídica para Refugiados e Imigrantes- CEPRI

**Fonte de Financiamento:** CNPq

**Período:** setembro de 2017 a julho de 2018. 1º ano.

A família, ao longo da história, sofreu diversas repersonalizações. As relações familiares, de meramente patrimoniais ou até mesmo procracionais, passaram a pôr o indivíduo como centro da tutela jurídica. É nesse contexto de família moderna, como principal meio de proteção dos indivíduos na sociedade, que almejo analisar o direito de Reunião Familiar no que tange ao refúgio, como cerne do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e objeto essencial de integração do refugiado no local em que está inserido, bem como seu bem estar social e que, por estas razões, deve ser tutelado pelo Estado acolhedor. Para esta análise, foram utilizadas fontes documentais primárias, como legislações internacionais e internas, e revisões bibliográficas.

Considerado espaço de realização pessoal e afetiva, e da vida em comunhão com as outras pessoas, o núcleo familiar é fundamental para o desenvolvimento saudável dos seus integrantes. Principalmente quando se trata de indivíduos em situação de extrema vulnerabilidade, como é o caso dos refugiados. Por esta razão, tal princípio encontra-se cristalizado em vários documentos internacionais, dentre eles, a Declaração Universal de Direitos Humanos e a Ata Final da Conferência que adotou a Convenção de 1951. No que se refere ao Brasil, a reunião familiar é retratada no art. 2º da Lei 9474 de 22 de julho de 1997 e também na Resolução Normativa nº16 do CONARE, esta que, por sua vez, se destaca pelo grande progresso na matéria de Reunião Familiar.

No entanto, quando se trata da questão prática, o Brasil ainda tem obstáculos que dificultam a efetivação desse direito. Pontos como a comprovação da dependência econômica como condição para o cumprimento da Reunião Familiar e a cobrança para documentações que o refugiado ou sua família não possuem ou que não conseguem obter são os principais empecilhos enfrentados.<sup>6</sup>

Na problemática da documentação, deve-se ter a percepção de que a perseguição e as dificuldades enfrentadas pelo refugiado podem ter ocasionado a perda ou a destruição dos documentos, ou até mesmo o governo do país de origem pode ter negado a emissão de tais

---

<sup>6</sup> Segundo art.43 da Lei 9474/1997, “no exercício de seus direitos e deveres, a condição atípica dos refugiados deverá ser considerada quando da necessidade da apresentação de documentos emitidos de seus países de origem ou por suas representações diplomáticas e consulares.”

documentações. Quanto à comprovação da dependência econômica, o Brasil, além de não ter uma definição desse termo, o protocolo emitido aos solicitantes de refúgio, em sua maioria, não é o suficiente para abrir algum tipo de conta no banco para que esse solicitante envie dinheiro aos seus familiares e, posteriormente, possa comprovar a relação de dependência.

Em suma, este trabalho visa mostrar que a Reunião Familiar faz parte dos direitos fundamentais para o desenvolvimento saudável do ser humano e por isso deve ser tutelado pelo Estado. Ressalta-se que no Brasil, apesar de avanços no tema, ainda há obstáculos que devem ser analisados criticamente, para que esse direito, na prática, não se torne mais uma forma restritiva de políticas migratórias e sim um instrumento de proteção ao refugiado.

### **Referências bibliográficas**

ACNUR. *Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado*: de acordo com a convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados. Genebra, dez. 2011.

BESWICK, J. *Not so straightforward: the need for qualified legal support in refugee Family reunion*. London: British Red Cross, 2015.

CONARE. *Resoluções normativas do Comitê Nacional para Refugiados*. Disponível em: <[www.acnur.org](http://www.acnur.org)>. Acesso em: 22 jul. 2018.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. A repersonalização das relações de família. *Revista Brasileira de Direito de Família*, Porto Alegre, n. 24, p. 136-156, jun./jul. 2004.

MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. *Reunião familiar como alternativa de proteção: desafios e avanços na realidade brasileira*. Seminário Migrações Internacionais, Refúgio e Políticas Públicas. São Paulo, 2011.

SOARES, Carina de Oliveira. *Análise do princípio da unidade familiar no direito internacional dos refugiados*. Brasília: Universitas Relações Internacionais, 2011.

**Nome:** Daniel Cavalcanti Pimentel;

**Trabalho:** [Uma Odisseia em busca de direitos: o Teatro do Oprimido como alternativa para discutir e modificar o Direito de Refúgio;](#)

**Curso/Instituição:** Direito/UFRJ;

**Orientador:** Charles Pontes Gomes;

**Projeto:** Clínica Jurídica para Refugiados;

**Fonte de financiamento:** Pesquisador voluntário;

**Período:** agosto de 2017 a julho de 2018.

Desde a sua inauguração, em novembro de 2017, o Centro de Proteção aos Refugiados e Imigrantes (CEPRI) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) tem prestado serviços de assistência jurídica no âmbito do Direito Migratório e de Refúgio. Como parte da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, o trabalho do CEPRI também integra uma rede de proteção, interagindo com outras instituições que se dedicam aos estudos migratórios.

Uma dessas instituições é a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ), com a qual foi efetivada uma parceria, destacando-se o trabalho realizado na Oficina estético-política com pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio, uma atividade de extensão aberta ao público. Aliado à orientação jurídica, o Teatro, a partir de dispositivos ficcionais, pretende oferecer uma maior conscientização dos sujeitos diante dos seus direitos e um conseqüente movimento de emancipação política. Dessa parceria, um dos resultados obtidos foi o espetáculo *Uma Odisseia*, que estreou em junho de 2018 na FCRB e foi idealizado, escrito e dirigido durante os encontros da Oficina. A escolha do título como uma referência à poesia clássica de Homero não é por acaso. A saga repleta de obstáculos vivida pelo protagonista Ulisses<sup>7</sup>, exilado após a guerra de Troia, ilumina alguns aspectos pertinentes à vida de uma pessoa refugiada.

O objetivo principal deste trabalho é consolidar as reflexões obtidas a partir da parceria efetivada, em consonância com o projeto de pesquisa em Direito Migratório e as políticas públicas decorrentes. Para isso, em um primeiro momento, a metodologia incluiu pesquisa à legislação e à literatura secundária interdisciplinar, concomitantemente à aplicação de algumas técnicas do Teatro do Oprimido, criado por Augusto Boal<sup>8</sup> (1931-2009), dramaturgo brasileiro. Uma dessas técnicas, que culminou no formato de *Uma Odisseia*, é o Teatro-Fórum<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Note-se que Ulisses, no original em grego, significa “ninguém”.

<sup>8</sup> Boal viveu como refugiado, em exílio forçado durante a ditadura militar brasileira, período em que aplicou o Teatro do Oprimido na Europa e América Latina. Ver BOAL, Augusto. *Jogos para atores e não atores*.

<sup>9</sup> O Teatro-Fórum é uma peça em dois atos na qual é apresentada uma história de opressão vivida pelos atores. No 1º ato, o espectador assiste; no 2º ato, ele assume sua condição participativa (de “espect-ator”, como denominada por Boal) e entra em cena, substituindo o protagonista ou atuando como seu aliado. O espect-ator escolhe como e em que momento agir para modificar a realidade de opressão apresentada. A técnica do Teatro-Fórum é

Em um segundo momento, pretende-se aplicar o Teatro Legislativo<sup>10</sup>. O “Curso de Verão: o refúgio sob uma perspectiva global”, evento realizado anualmente na FCRB sediará uma sessão de Teatro Legislativo na edição de 2018, a ser realizada em Dezembro<sup>11</sup>.

A ideia é que ambos os momentos permitam uma abordagem crítica e criativa capaz de encurtar a distância entre a racionalização das políticas de refúgio e a aplicação das mesmas<sup>12</sup>.

Os resultados preliminares obtidos derivam dos relatos recolhidos durante os encontros da Oficina, assim como da recepção do público durante a estreia do espetáculo. Em diálogo com a plateia presente, composta por nacionais e estrangeiros, as barreiras da burocracia estatal representadas pela instituição da Polícia Federal, legalmente constituída com funções migratórias, foram definidas como um dos principais obstáculos para um solicitante de refúgio no Brasil. Sendo assim, aplicar a técnica de Teatro Legislativo para propor mudanças na Lei surge como uma possibilidade de intervenção para a segunda etapa do projeto.

### Referências bibliográficas

BOAL, Augusto. *Jogos para atores e não atores*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

BOAL, Augusto. *Teatro Legislativo: versão beta*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.

BRASIL, Lei nº 9.474 de 1997. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm) Último acesso em 23/07/2018.

BRASIL, Lei nº 13.445 de 2017. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm) Último acesso em 23/07/2018.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo. Crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

FACUNDO, Angela. *Êxodos, refúgios e exílios: colombianos no sul e sudeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2017.

---

jogada por grupos no Brasil e no mundo, como escolas, presídios, sindicatos, etc. que militam a favor de ações sociais e práticas políticas de transformação.

<sup>10</sup> O Teatro Legislativo é outra técnica do Teatro do Oprimido, idealizada e concretizada por Boal durante o seu mandato como vereador do município do Rio de Janeiro. Por quatro anos, Boal aprovou diversas leis municipais aplicando o Teatro Legislativo, em contato direto com os cidadãos. Ver BOAL, Augusto. *Teatro Legislativo: versão beta*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.

<sup>11</sup> Ressalta-se que a experiência do autor deste trabalho como Estagiário de Proteção do CEPRI é fundamental, pois permite que a prática forense resulte também em fonte de pesquisa primária para a construção da dramaturgia. Afinal, todas as falas que compõem o texto de *Uma Odisseia* são também baseadas em casos concretos, respeitando o sigilo dos sujeitos representados.

<sup>12</sup> Sobre o distanciamento entre a racionalização das políticas de refúgio e aplicação nos centros urbanos brasileiros, ver FACUNDO, Angela. *Êxodos, refúgios e exílios: colombianos no sul e sudeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2017, p.94.

HARRELL-BOND, B.E. *Imposing AID: Emergency Assistance to Refugees*. New York: Oxford University Press, 1986.

HOMERO. *Odisséia*. Trad.: Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

MALKKI, Liisa. *Speechless Emissaries: Refugees, Humanitarianism, and Dehistoricization*. *Cultural Anthropology*, v. 11, n. 3, p. 377-404. Aug., 1996.

**Nome:** Yuri Barbosa Resende

**Título do Artigo:** [Vozes contra o fascismo: as entrevistas de Joel Silveira sobre a Segunda Guerra Mundial em \*Diretrizes\* \(1940-1944\)](#)

**Curso/Instituição:** História/UFRJ

**Orientadora:** Joëlle Rachel Rouchou

**Projeto:** Diretrizes: um espaço de resistência na imprensa do Estado Novo (1938-1944)

**Fonte de financiamento:** CNPq

**Período:** 2015-2018

Fundada por Antônio José de Azevedo Amaral, a revista *Diretrizes* foi publicada durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, surgindo em 1938 e sobrevivendo até 1944. Durante seus dois primeiros anos, a publicação teve uma periodicidade mensal e, a partir de então, se tornou semanal. Com o abrangente subtítulo *Política, Economia e Cultura*, diversos intelectuais brasileiros como Rachel de Queiroz, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Carlos Lacerda, Moacir Werneck de Castro, Álvaro Moreyra, Osório Borba, Manuel Bandeira, Oswald de Andrade, Cecília Meirelles, José Lins do Rego, Marques Rebelo, Apparício Torelly (o Barão de Itararé), Rubem Braga<sup>13</sup>, Genolino Amado, entre outros, contribuíram ativamente com *Diretrizes*.

Ao assumir periodicidade semanal, *Diretrizes* passou a ter um corpo efetivo de mais de cinquenta colaboradores. Dentre as novidades apresentadas pela revista, destaca-se Joel Silveira, um jovem jornalista oriundo das páginas de *Dom Casmurro*. Durante sua participação no periódico, Silveira publicou mais de doze entrevistas, e muitas delas foram o destaque de capa de suas respectivas edições. Destacamos aqui sete destas matérias, concentradas entre os anos de 1942 e 1943, nas quais o jornalista optou por conversar com intelectuais renomados que emitiram opiniões a respeito da Segunda Guerra Mundial e da ameaça do fascismo no território brasileiro. Foram eles: João Neves da Fontoura, J. Carlos, Góis Monteiro, Gabriel Gonzalez Videla, Ernesto Feder, Monteiro Lobato e Mauricio de Lacerda.

Se por um lado, encontrou uma voz artística sinceramente antifascista em J. Carlos, por outro, Silveira teve dificuldades em extrair uma opinião concreta de Monteiro Lobato. O primeiro optou por deixar claro que sua obra era reflexo da sua postura anti-totalitária, enquanto o segundo preferiu manter nas entrelinhas o seu posicionamento favorável aos Aliados e crítico ao Estado Novo de Vargas.

No campo político, ao falar com João Neves da Fontoura, um aliado de longa data de Vargas, ele fez com que o entrevistado ressaltasse o perigo do integralismo para o governo

---

<sup>13</sup> A trajetória de Rubem Braga em *Diretrizes* foi objeto de estudo da pesquisa apresentada na 11ª Jornada de Iniciação Científica da Casa de Rui Barbosa, em 2016.

getulista. Góis Monteiro, por sua vez, é uma voz da situação, já que é Presidente do Conselho Nacional do Trabalho. Ele se diz contra o totalitarismo, mas, de modo controverso, faz parte do governo ditatorial varguista e emite opiniões radicalmente antidemocráticas. O embaixador do Chile, Gabriel Gonzalez Videla, em suas declarações, busca ressaltar a faceta democrática do país latino-americano vizinho, porém admite que existem interesses econômicos em jogo. Todos, sem exceção, revelam suas preocupações com a possível penetração de forças fascistas na América.

Entre os jornalistas, o brasileiro Mauricio de Lacerda é apontado como uma figura que já esteve no meio político e que fora considerada extremada, mas se revelou correta em suas preocupações posteriormente. Ernesto Feder, seu colega alemão de profissão, assistiu à ascensão de Hitler e, graças à sua sagacidade, conseguiu se exilar antes de ser caçado pela polícia nazista. São depoimentos valiosos que chegam até ao leitor como um aviso contundente dos perigos do fascismo de alguém que vivenciou a realidade europeia.

As matérias analisadas de Joel Silveira refletem não apenas a insistência profissional do repórter em dar voz a personagens antifascistas, mas representam também a continuidade da estratégia introduzida por *Diretrizes*, desde sua criação, em 1938, de combater ferozmente o fascismo por meio de críticas aos governos internacionais. Era pouco provável, afinal, que qualquer crítica direta ao cenário político brasileiro passasse pela aprovação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A partir da opção de Vargas pela causa das nações aliadas e o rompimento definitivo de relações diplomáticas com os países do Eixo, a revista expandiu o número de matérias a respeito do conflito mundial e os seus colaboradores – entre eles, Joel Silveira – passaram a escrever regularmente artigos que denunciavam ações de caráter fascista dentro do próprio Brasil, prestando um serviço que era de interesse nacional e popular e, portanto, esquivando-se de qualquer embate com o DIP.

### **Referências bibliográficas principais**

DIRETRIZES: Política, Economia e Cultura. Rio de Janeiro, RJ: 1938-1944. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/diretrizes/163880>>. Acesso em: 7 jul. 2018.

**Nome:** Gustavo Henrique da Costa

**Trabalho:** [A confecção de notas explicativas nos escritos de Corina Coaraci](#)

**Curso/Instituição:** Letras. Português-Literaturas/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Orientador:** Eliane Vasconcellos e Ivette Maria Savelli

**Projeto:** Corina Coaraci: uma revisão que se impõe

**Fonte de financiamento:** CNPq

**Período:** de agosto de 2017 a julho de 2018

O presente trabalho possui o objetivo de contribuir para a organização dos escritos de Corina Coaraci que futuramente serão publicados. Sob a orientação de Eliane Vasconcellos e Ivette Maria Savelli, foram feitas diversas pesquisas para a construção de notas explicativas que serão incorporadas ao texto, a fim de facilitar a leitura de diferentes tipos de leitores, sejam eles pesquisadores, estudantes, professores e demais interessados no assunto.

Corina Coaraci atuou em inúmeros jornais do final do século XIX, dentre eles *Ilustração do Brasil*, *O Paiz* e *A Folha Nova*, todos do Rio de Janeiro, e não possui nenhum livro publicado, daí a importância deste projeto, que divulgará uma escritora que atuou em meio a um cenário jornalístico brasileiro composto em sua maioria por homens, que ditavam o que era plausível de ser ou não escrito e posto em circulação pelos periódicos da época.

Trabalhar na confecção destas notas explicativas é antes de tudo mergulhar em diferentes áreas do conhecimento, pois a escritora possuía um amplo leque de saberes, não ficando presa em apenas um tipo de assunto ou tema. Ela produzia reflexões sobre literatura, política, moda, teatro, música clássica, estando por dentro de toda a cena cultural da época, além de traduzir textos literários de grandes escritores, como o conto de Alexandre Dumas intitulado “Uma alma para nascer”. Sempre atenta a tudo o que era novidade, não se rendia ao que considerava costumes vindos do exterior que não faziam sentido no Brasil, chamando a atenção da importância da nacionalidade e da construção de uma identidade própria. Seja em seus escritos na coluna Modos e Modas/Usos e Costumes, do jornal *A Folha Nova*, em que explanava sobre as últimas tendências em relação aos vestuários da época; ou no jornal *O Paiz*, em que se deteve muitas vezes no cenário artístico brasileiro, não aceitando a ovação que muitos da época faziam sobre determinados aspectos vindos do estrangeiro, dando a estes maior importância do que os produzidos no Brasil.

A pesquisa começou primeiramente com a leitura das colunas de Coaraci nos jornais, que já foram transcritos dos originais por bolsistas que participaram anteriormente do programa de iniciação científica. Depois de conhecer as ideias e a visão de mundo da autora, foi feito um trabalho de pesquisa focado nos termos destacados pelas orientadoras do projeto.

Ao todo foram mais de cento e quarenta palavras pesquisadas, que eram referentes a nomes de escritores, dramaturgos, reis, rainhas, príncipes, duques, personagens bíblicos, políticos, livros, óperas, personagens de obras literárias, compositores, pessoas ligadas à Igreja Católica, pintores, advogados, lugares, fatos históricos.

Como fonte de pesquisa, foram utilizados dicionários, enciclopédias e livros, tanto na forma física quanto digital, além dos acervos: Obras Gerais, da Biblioteca Nacional; Hemeroteca Digital (pertencente à Biblioteca Nacional) e da biblioteca do Museu Nacional de Belas Artes.

Essas pesquisas giravam em torno da verificação da data de nascimento e morte das celebridades mencionadas, indicação exata de determinado lugar, fatos e dados biográficos de determinado personagem histórico, descrição de tipos de vestuário, constituição de determinado tipo de tecido, dentre outros aspectos.

Um trabalho árduo, de idas e vindas nas fontes pesquisadas, pois muitas vezes foram encontradas divergências entre uma e outra, sendo preciso recorrer a uma terceira fonte. Aliás, para que se obtivesse precisão nas informações passadas pelas notas, foi imprescindível analisar mais de uma fonte, pois qualquer texto editado está passível de equívocos.

Embarcar nesse universo de notas explicativas para os textos de Corina Coaraci proporciona um enriquecimento intelectual sem precedentes, pois a autora possuía vasta cultura e não temia ultrapassar as linhas limítrofes impostas pelos homens às mulheres naquela época, o que se observa pela abordagem de temas que demonstravam sua grande personalidade intelectual.

**Nome:** Ana Carolina da Silva Duarte

**Trabalho:** [As Obras Completas de Rui Barbosa: entre edição e história](#)

**Curso/Instituição:** História – Universidade Federal Fluminense

**Orientadora:** Laura do Carmo

**Projeto:** Levantamento de fontes e transcrição de textos das Obras Completas de Rui Barbosa.

**Fonte de financiamento:** CNPq

**Período:** agosto 2017 a julho 2018. 1º ano

O trabalho a ser apresentado divide-se em três pontos principais. Primeiramente resumirei o objetivo do projeto: localizar e transcrever textos para a publicação de inéditos das Obras Completas de Rui Barbosa (OCRB). Esta coleção teve sua primeira publicação em 1942. Foi estabelecido em decreto-lei que as Obras seriam divididas em 50 volumes, cada volume correspondendo a um ano de produção de Rui. Estes volumes, por sua vez, são fracionados em tomos. Já foram publicados 139 de um total aproximado de 160 tomos.

Para conseguirmos completar os tomos restantes, contamos com a orientação do *Roteiro das Obras Completas de Rui Barbosa*. A partir dessa publicação, de 1973, sabemos como organizar cada volume e/ou tomo a ser trabalhado, pois ele informa as referências essenciais para que os textos possam ser buscados. A partir do *Roteiro*, construímos um documento-guia sobre cada tomo trabalhado, com elementos para localização dos textos, informações sobre a transcrição e outros dados importantes para adicionar à edição final.

Em seguida, destacarei questões que enfrentamos ao editar. Para abordar a variedade de situações que vivenciamos na execução do trabalho, vou utilizar exemplos extraídos dos próprios textos. Esses exemplos pretendem mostrar a dinâmica do projeto, apresentar a variedade de suportes pelos quais transitamos, ilustrar as questões práticas com que nos deparamos (sobretudo linguísticas) e, por fim, comentar como essas questões ajudam a pensar a relação texto original e texto editado.

A parte final do trabalho se dedica a pensar de forma mais detalhada a edição das OCRB: além da publicação de importantes registros do trabalho intelectual de Rui, o projeto editorial integra-se a um contexto histórico que vale ser comentado. Em suma, trabalho a ideia da historicidade dos processos editoriais no projeto das OCRB, que se dá no contexto das intelectualidades no período do Estado Novo (1939-1945). À época de escrita de Rui, o papel do intelectual enquanto pensador da realidade é do cientificista e técnico, que dificilmente se engaja politicamente de forma direta; mas se põe em uma neutralidade que seria capaz de apontar soluções mais claras. Já à época da publicação dos primeiros tomos das Obras

Completas, durante o Estado Novo, o papel social do intelectualismo é remodelado e integrado à nova ideia de construção do ideal nacional. Há um entendimento do papel do Estado como um organismo capaz de articular todas as disparidades existentes na sociedade civil brasileira, e isto inclui pensar o modelo cultural brasileiro, papel que vinha sido exercido historicamente pelos intelectuais. Neste sentido, estes pensadores, enquanto parte da sociedade, contribuem diretamente ao fornecer suas ideias sobre a brasilidade e a cultura do país, atuando assim na elaboração do projeto político do regime, voltado para a construção da memória pública brasileira e marcado pela natureza “conciliadora” do Estado.

As OCRB certamente ocupam espaço dentro deste projeto de intelectualidade, com sua própria rede de “sociabilidade intelectual”, conforme propõe Luciano Faria Filho. A importância dada à publicação das OCRB expressa a busca de uma memória não somente relativa a Rui, mas também à consolidação de um projeto institucional que era marcado pelo papel dos intelectuais, calcado na divulgação e publicação do conhecimento. Com este trabalho pretendo, portanto, destacar a relevância das OCRB e fornecer um olhar sobre a historicidade presente no trabalho editorial.

### **Referências bibliográficas**

ARAÚJO, Emanuel. *Publicação de documentos históricos*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1985.

FARIA FILHO, Luciano. *Edição e sociabilidades intelectuais: a publicação das obras completas de Rui Barbosa (1930-1949)*. Belo Horizonte: Autêntica: Ed. UFMG, 2017.

LACOMBE, Américo Jacobina. *Roteiro das obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1974.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6604>. Acesso em: jul. 2018.

**Bolsista:** Carla Oliveira

**Trabalho:** [Reflexões sobre publicação de documentos históricos](#)

**Curso/Instituição:** Letras (Português/Literatura) – UERJ

**Orientador:** Laura do Carmo

**Projeto:** Levantamento de fontes e transcrição de textos para Obras Completas de Rui Barbosa

**Fonte de financiamento:** Fundação Casa de Rui Barbosa

**Período:** agosto 2017 a julho de 2018. 2º ano

Parafraseando Antônio Vieira, que, ao lidar com algo monumental em seu texto, valeu-se da figura de um pigmeu sobre os ombros de um gigante, nós, estudantes incipientes, diante do imenso desafio de reunir toda a produção intelectual de Rui Barbosa, também nos valem dos ensinamentos dos que vieram antes.

Enquanto, no que se refere à coleção propriamente, dispomos do *Roteiro das Obras Completas de Rui Barbosa*, de Américo Lacombe, uma bússola que guia nosso trabalho no achamento das fontes dos textos, no que tange à publicação de documentos históricos, contamos com um aparato teórico produzido por autores que muito já pensaram esse tema.

Sendo assim, entre as buscas e transcrições dos textos de Rui, intercalamos leituras acerca dessa nossa atividade, como capítulos das obras *Publicação de documentos históricos*, de Emanuel Araújo, e *Introdução à crítica textual*, de César Nardelli Cambraia, entre outros, materiais fundamentais que também norteiam o nosso trabalho.

Tais leituras nos permitiram entender a importância de se publicar documentos históricos, uma prática de resguardo da memória que auxilia não só na resolução de questões de ordens práticas, como problemas de fronteiras e litígios, mas que oferece a chance de refletirmos sobre a evolução dos nossos direitos civis, trazendo à luz posicionamentos que nos fizeram chegar onde estamos hoje.

Ademais, por meio dessa incursão técnica que fizemos nos bastidores da pesquisa, também observamos diversos tipos de edições, a fim de apurar nosso olhar a respeito dos critérios e escolhas adotados em cada trabalho, sempre visando a preservação da obra e a adequação perfeita ao público-alvo, ainda que a imperfeição, inexoravelmente, faça parte da aventura que é editar textos.

Se, por um lado, o nosso objetivo primordial é a restituição da forma genuína dos textos, por outro, como nos lembra Cambraia, sabemos que todo texto, ao ser

transmitido, sofre uma transformação. E, talvez, a parte mais fascinante desse paradoxo seja saber que tal transformação não é de via única, afinal, seus editores participam dela e, futuramente, seus leitores a partilharão também.

Por fim, essas considerações resumem o que apresentaremos nesta 13ª Jornada de Iniciação Científica da Fundação Casa de Rui Barbosa: um punhado de reflexões a partir de textos teóricos e sobre alguns dos processos nos quais estamos envolvidos na publicação de documentos históricos, ofício que reúne tantas etapas quanto descobertas e que tanto nos enriquece no âmbito acadêmico e pessoal.

### **Referências bibliográficas**

ARAÚJO, Emanuel. *Publicação de documentos históricos*. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1985.

CALLOU, Dinah; BARBOSA, Afranio (Org.). *A norma brasileira em construção: cartas a Rui Barbosa (1866-1899)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. (Coleção FCRB Manuscritos 2) .

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COSTA, Hipólito José da. *Diário da minha viagem para Filadélfia*. Ed. crítica Tânia Dias. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Edição crítica e organização Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ubu: Edições Sesc, 2016.

GUIMARÃES, Júlio Castañon; LINS, Vera. Sobre esta edição. In: DUQUE, Gonzaga. *Impressões de um amador: textos esparsos de crítica (1882-1909)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001. p. 32-36.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição crítica de Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

**Nome:** Jheniffer Ribeiro

**Trabalho:** [Nabuco e Rui: Entre a liberdade e o discurso abolicionista.](#)

**Curso/Instituição:** História – Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Orientador:** José Almino de Alencar

**Projeto:** Três da geração de 1870: Rio Branco, Rui e Nabuco. Uma biografia política coletiva

**Fonte de Financiamento:** CNPq

**Período:** setembro de 2017 a agosto de 2018. 1º ano

O processo da abolição da escravidão no Brasil teve inúmeros acontecimentos que em conjunto orientaram a maneira pela qual ela ocorreu. As especificidades dos acontecimentos que ordenaram a causa na maior, no caso o fim da escravidão enquanto uma instituição, estavam localizadas em um contexto político muito difuso e de inúmeras transformações de ordem moral e social da civilização brasileira. O maior envolvimento das camadas populares nas questões políticas, por meio das revoltas e levantes que ocorreram durante o Império e o aparecimento de uma camada intelectual engajada na questão escrava, ilustram os anseios de uma nação que buscava por novas formas de vida social. Dentro do seio intelectual, a figura de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa se destacam enquanto personagens que se ancoravam nessa busca por uma nova estruturação do Estado brasileiro que primordialmente perpassava pela total e irrestrita abolição da atividade escravista.

A escravidão enquanto instituição esteve presente em inúmeros aspectos da sociedade brasileira, ultrapassou as questões econômicas e permeou o desenvolvimento das relações sociais no Brasil. Dessa maneira, o projeto abolicionista teve um grande desafio pela frente que não foi somente a luta pelo fim da exploração e da compra e venda da liberdade de pessoas, mas também da incorporação e reconhecimento por parte do Estado desses sujeitos enquanto cidadãos brasileiros. É relevante pensar sobre como esse projeto abolicionista se consolidou e como essas novas ideias foram incorporadas por uma aristocracia política muito restrita aos seus acordos políticos para a manutenção dos seus privilégios o que era reflexo de um momento político muito instável e com características difusas por parte dos partidos. Outro ponto importante é a reflexão sobre como esse projeto estava alinhado com as demandas escravas visto que a nova historiografia trouxe à tona um debate muito importante sobre a agência dos indivíduos subalternos nos processos históricos.

Joaquim Nabuco enquanto figura importante para o assunto da abolição no cenário brasileiro, visto que foi um dos representantes na câmara que travou inúmeros debates sobre a questão da escravidão, além de participar ativamente do processo que levou o seu fim, aparece juntamente com Rui Barbosa que também foi um personagem importante enquanto político nesse assunto como uma oportunidade relevante de se compreender como suas

atuações políticas tiveram impactos importantes nas decisões institucionais acerca da escravidão.

Sendo assim, essa comunicação tem como intuito refletir como se consolidou os aparatos abolicionista a partir da Lei de 1871 até a promulgação da Lei Áurea, em uma sociedade permeada por pelo espectro da escravidão em todo o seu conjunto. Além disso procuro compreender como se estabeleceu a relação entre o movimento abolicionista -com as figuras políticas de Rui Barbosa e Joaquim Nabuco como foco, pois representam personagens importantes na composição desse cenário - com as lutas escravas, reiterando a agencia desses indivíduos nesse processo.

### **Referências bibliográficas**

ALENCAR, José Almino de. *Uns e outros*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2014.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Joaquim Nabuco entre a Monarquia e a República*. Recife: FUNDAJ: Massangana, 1989.

MATTOS, Ilmar Rohrloff. Do Império à República. *Revista Estudo Históricas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1989.

SALLES, Ricardo. Resistência escrava e abolição na província do Rio de Janeiro. O Partido Abolicionismo. In: LIMA, Ivana Stolze; GRINBERG, Keila; REIS, Daniel Aarão (Org.). *Instituições nefandas: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.

**Nome:** Maria Elisa Scovino da Silva;

**Trabalho:** [Dimensões da escrita no mundo colonial e \*Obra Nova da Língua Geral de Mina: dominação do poder escrito e estratégias de letramento nas Minas Gerais do século XVIII.\*](#)

**Curso/Instituição:** História / Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

**Orientador:** Ivana Stolze Lima.

**Projeto:** “Conhecimento, registro e uso das línguas africanas no Brasil: a língua de angola e a língua mina.”

**Fonte de financiamento:** bolsa CNPq.

**Período:** agosto de 2017 a julho de 2018. 2º ano.

Este estudo visa compreender a “*Obra Nova da Língua Geral de Mina*”, como documento estratégico para pensar as relações entre o espaço burocrático-português e o africano. Sendo um vocabulário de tradução de palavras africanas, nas línguas mina, para a língua portuguesa, essas duas faces e a alteridade está como marca fundamental dessa produção. Antônio da Costa Peixoto, autor da referida obra, era um escrivão e juiz de vintena, desta forma é possível adentrar na dimensão administrativa do poder da escrita no mundo colonial. Por outro lado, existe o lugar dos informantes anônimos falantes das línguas mina, que permite investigar esse lado de submissão dos afrodescendentes através do escrito. Porém, esses dois conjuntos estão imersos num universo repleto de contatos e interseções. Assim, tanto o Peixoto se aproximava dessas camadas mais desfavorecidas para elaborar seu manuscrito; como os cativos, forros e livres se apropriavam da escrita criando estratégias de acesso e formas de aprendizado informais que definiam novas vias de inserção e mobilidade social. O seguinte trecho da *Obra Nova* permite a identificação de importante espaço de subjugação dos cativos pela escrita, mostrando o diálogo de um escravo com um possível capitão do mato: “*perdi o escrito – se não tens escrito ei de amarrar-te*” (PEIXOTO, p. 22). Ainda aparecem passagens sobre esse lugar do letrado, tais como: “*vou ler*”; “*vou escrever*”, e fazendo menção à palavra africana *huhema*, que significaria carta, escrito ou papel. Assim com um importante levantamento documental e bibliográfico para embasar esse contexto, práticas e formas de letramento dos diferentes grupos sociais, este trabalho foi desenvolvido visando abarcar essas duas faces da *Obra Nova*, que se inter cruzam e inter-relacionam, através da dimensão escrita.

## **Referências documentais e bibliográficas**

### **I. Manuscritos:**

PEIXOTO, Antonio da Costa. *Alguns apontamentos da lingoa minna*. Biblioteca Nacional de Lisboa, 1731.

\_\_\_\_\_. *Obra nova da lingua geral de mina*. Biblioteca Pública de Évora, 1741.

INFORMAÇÃO sobre a contratação do Capitão do mato, pelos moradores da freguesia de Santo Antônio da Casa Branca, para combater quilombolas. Câmara Municipal de Ouro Preto, Arquivo Público Mineiro. 1751. Cx. 26 Doc. 30

O REMETENTE acusa o recebimento da publicação de um edital da câmara que trata ‘com todos os moradores que tem escravos para fora das suas casas sem escritos de capitão do mato. Câmara Municipal de Ouro Preto, Arquivo Público Mineiro. 1798. Cx.71 Doc. 22.

REGISTRO de cartas, ordens, despachos, instruções, bandos, cartas patentes, provisões e sesmarias– 1713-1717. Seção Colonial, Arquivo Público Mineiro, SC-09. 55 a 60p.

## 2. Impressos:

PEIXOTO, Antonio da Costa. *Obra nova de língua geral de mina*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1944.

\_\_\_\_\_. *Obra nova de lingua geral de mina*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1945.

## 3. Bibliografia:

BOXER, C. In.: *A Idade de Ouro no Brasil*. São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 1960, p. 183-221

CHARTIER, R. As práticas da escrita. In: ORG. Roger Chartier. *Historia da vida privada 3- Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 113-162.

FONSECA, T. N. de L. e. *Segundo a qualidade de suas pessoas e fazenda: Estratégias educativas na sociedade mineira colonial*. *Vária História*, Belo Horizonte, vol. 22, n7 35: p.175-188, Jan/Jun 2006.

LIMA, I. S. e CARMO, L. do (org). *História social da Língua Nacional 2: Diáspora africana*. Rio de Janeiro: NAU/ Faperj, 2014.

LIMA, I. S.; *A Língua Nacional no Império do Brasil*. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. H. (org.). *O Brasil Imperial*. Vol. 2 – 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 467-497.

PAIVA, E. F. *Leituras (im) possíveis: negros e mestiços leitores na América portuguesa*. Colóquio Internacional Política, Nação e Edição, Belo Horizonte, 2003.

WISSENBACH, M. C. C. *Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira*. *Revista Brasileira de História da Educação*, n° 4, jul./dez. 2002.

YAI, O. *Texts of enslavement: Fon and Yoruba Vocabularies from Eighteenth and Nineteenth-century Brazil*. In: Lovejoy, Paul (org). *Identity in the shadow of slavery*. London: Continuum, 2000, p. 102-112.

**Nome:** Rafaela Vasconcelos da Silva

**Trabalho:** [“Máblame hã – não me amarre não”: a comunicação e a política de controle da movimentação escrava em Minas Gerais](#)

**Curso/Instituição:** História – UFF

**Orientadora:** Ivana Stolze Lima

**Projeto:** História social das línguas africanas no Brasil: a língua de Angola e a língua Mina

**Fonte de financiamento:** CNPq

**Período:** agosto 2017 – julho 2018. 2º ano

Esta comunicação é continuidade da reflexão apresentada no ano anterior, "O vocábulo 'canhanbola': dimensões da linguagem no estudo sobre a escravidão", tendo como documento central a *Obra Nova da Língua Geral de Mina*, vocabulário e manual de conversação escrito nos arredores de Vila Rica pelo português Antônio da Costa Peixoto, na primeira metade do século XVIII. No presente trabalho, busquei focalizar a regulamentação dos postos de capitães do mato, pensando as dinâmicas sociais e a conformação de um aparato repressivo na capitania mineira com vistas à preservação da ordem escravista e a manutenção dos rendimentos que escoavam para a Coroa. Para tanto, uma seleção de fontes produzidas no âmbito da administração colonial foi articulada ao vocabulário e recorri à historiografia sobre o tema. As fugas constantes, o ajuntamento de escravos fugidos em quilombos, as queixas de assaltos e mortes, as relações tecidas entre escravos, forros e calhambolas, o vínculo desses grupos com o comércio e o contrabando promoveram um clima de instabilidade e ameaça. Diante desse cenário, uma série de medidas foram implementadas pelas autoridades com o intuito de enfrentar as ações de resistência e limitar a movimentação escrava. Desta forma, localizamos o desenvolvimento do ofício de capitão do mato inscrito em um longo percurso de políticas de controle dessa população, em um quadro em que diferentes línguas eram faladas. Reunindo elementos de múltiplas dimensões do universo colonial mineiro, a *Obra Nova* é permeada por palavras, expressões e diálogos que ilustram esse painel de violência e tensão permanente. Logo na abertura, Peixoto procura justificar a contribuição de sua “rústica composição”, visto que o esforço em direção ao conhecimento da língua do outro tenderia a minorar os conflitos frequentes entre senhores e escravos, direcionando o nosso olhar para a questão da comunicação no mundo atlântico e o exercício dessas trocas e embates. Sem perder as nuances ou desprezar a situação de desigualdade de forças existente, sua elaboração passava pela atuação de informantes africanos. Assim, vale atentar para a possibilidade de que, mesmo nas brechas, esses sujeitos também deixaram marcas. Ressaltamos ainda como o cargo na administração colonial exercido por Peixoto no epicentro da região mineradora o colocava em contato com os acontecimentos mais importantes, sendo uma fonte provável de

material para a sua escrita. Por fim, a partir desta investigação foi possível compreender e realizar alguns apontamentos sobre o entorno da produção da *Obra Nova*.

## Referências documentais e bibliográficas

### 1. Manuscritos:

*Alguns apontamentos da lingua minna com as palavras portuguezas correspondentes*. Por Antonio da Costa Peixoto em 1731. Biblioteca Nacional de Lisboa.

*Obra Nova da Lingua Geral de Mina*. Antonio da Costa Peixoto, 1741. Biblioteca Pública de Évora.

CMOP Cx. 26 Doc. 30. Informação sobre sua contratação, pelos moradores da freguesia de Santo Antônio da Casa Branca, para combater quilombolas. 19/11/1751. Câmara Municipal de Ouro Preto, Arquivo Público Mineiro.

SC-06. Registro de regimentos, ordens, cartas régias, resoluções e termos 1709-1754. *Regimento para os Capitães do Mato*. Seção Colonial, Arquivo Público Mineiro, p. 46, v. 1715.

### 2. Impressos:

PEIXOTO, Antonio da Cosa. *Obra nova de língua geral de mina*. Manuscrito da Biblioteca Pública de Évora. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1944. 36 p.

\_\_\_\_\_. *Obra nova de língua geral de mina*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1945. 66 p.

REGIMENTO dos Capitães do Matto. [1722]. *Revista do Archivo Publico Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, anno 2, fasc. 2, p. 389-391, abr./jun. 1897.

### 3. Bibliografia:

GUIMARÃES, C. M. *A negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ícone, 1988.

LARA, Sílvia. Do singular ao plural. Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos. In: REIS, João José.; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.81-109.

LIMA, Ivana Stolze. Escravidão e comunicação no mundo atlântico: em torno da “língua de Angola”, século XVII. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 21, n. 1, p. 109-121, 2017.

RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII. In: REIS, João José.; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 164-192.

**Nome:** Isabelle Fontaine;

**Trabalho:** [Carlos Fernando Delphim e o jardim histórico no Brasil: gênese e práxis de um conceito](#)

**Curso/Instituição:** Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal Fluminense;

**Orientador:** Ana Maria Pessoa dos Santos

**Projeto:** Carlos Fernando Delphim e o jardim histórico no Brasil: gênese e práxis de um conceito

**Fonte de financiamento:** Fundação Casa de Rui Barbosa

**Período:** fevereiro de 2018 a julho de 2018. 1º ano.

O objetivo geral da pesquisa é reunir a produção intelectual do arquiteto e paisagista Carlos Fernando de Moura Delphim, idealizador do conceito do jardim histórico brasileiro e autor de diversos pareceres, artigos, projetos e livros no campo da preservação dos jardins históricos, promovendo um estudo biográfico pessoal e profissional. Desde 1977, suas atividades profissionais compreendem projetos e planejamento para manejo e preservação de sítios de valor paisagístico, histórico, natural, paleontológico e arqueológico em diversas cidades brasileiras.

Minhas atividades consistem em dar continuidade ao trabalho realizado pela bolsista anterior, fazendo o cotejamento dos textos e a alimentação da base de dados no *Access*. A partir do arquivo particular do paisagista (HD externo e Pen Drives) e do seu curriculum vitae detalhado de 23 páginas, que indicam a origem institucional dos trabalhos realizados de 1977 a 2012, organizo a base de dados através da ferramenta *Access*.

A classificação dos itens da base foi feita considerando a data, título, local e natureza do documento. Organizei os documentos conforme o currículo: participação em congressos, simpósios, Encontros e outros; cargos exercidos; trabalhos de arquitetura, cenografia, interiores e programação visual; trabalhos desenvolvidos no Jardim Botânico no Rio de Janeiro; trabalhos desenvolvidos na Fundação Nacional Pró-Memória e IPHAN; consultorias a órgãos estaduais e municipais de patrimônio cultural; Consultorias Para o Projeto Monumenta; Pareceres Para o Patrimônio Mundial da UNESCO; Consultorias e Projetos de Jardins e Paisagens; Palestras Proferidas; Trabalhos Apresentados em Congressos; Trabalhos Publicados; Consultorias a Instituições; Aulas Ministradas; Participação em Comissões Julgadoras de Concursos Nacionais; Prêmios e Títulos.

Graças às visitas regulares a casa do paisagista Carlos Fernando Delphim para buscar documentos que não se encontravam no arquivo cedido, cheguei a resultados significativos neste período. Consegui digitalizar um total de 83 documentos entre livros e periódicos e iniciei a digitalização de seus pareceres e projetos, que darei continuidade durante os próximos meses da bolsa. As digitalizações foram feitas por meio de fotos de cada página dos variados documentos feitas com o celular; registrei livros inteiros, pareceres institucionais e

projetos, que depois foram transformados em arquivos PDF para finalmente serem adicionados à base de dados já existentes no *Access*. Desta forma, estou organizando o arquivo particular do paisagista, buscando os documentos, digitalizando-os e, por fim, anexando-os na base de dados.

No próximo período, continuarei a alimentação da base de dados, bem como a reunião dos textos produzidos pelo paisagista. Farei pesquisa em arquivos, digitalização, reprodução e transcrição de documentos produzidos. Além da pesquisa e reprodução de documentos na Fundação Jardim Botânico, no Arquivo do Iphan e outros órgãos estaduais e municipais citados no curriculum, estabelecerei o texto dos documentos mais relevantes.

Para o próximo período, está previsto também a criação do site “Rede Brasileira de Jardins e Paisagens” que servirá como uma forma de expor a produção intelectual de Carlos Fernando de Moura Delphim e, também, de criar uma plataforma sobre o assunto, com espaço para profissionais do meio escreverem suas colunas.

**Nome:** Jôrdhanna Furtado de Oliveira

**Trabalho:** [Pesquisa, seleção, transcrição paleográfica, compilação, revisão e diagramação de textos e imagens relacionadas aos imóveis examinados pelo projeto.](#)

**Curso/Instituição:** Arquitetura e Urbanismo- Universidade Federal Fluminense/UFF

**Orientador:** Ana Maria Pessoa dos Santos

**Projeto:** A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos interiores

**Fonte de financiamento:** Bolsa CNPq

**Período:** setembro 2017 a julho 2018. 1ºano.

A pesquisa vigente neste projeto teve como objetivo fundamental o estudo das casas de morada da alta burguesia e da nobreza, tendo como casos de estudos, na região do Rio de Janeiro, dez edifícios construídos entre os séculos XVII e XIX.

Em paralelo, investigou-se, a partir das informações recolhidas e do cruzamento de toda base de dados desenvolvida, a criação de uma metodologia de análise do espaço da casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro nas suas várias dimensões: social, arquitetônica ou cultural, tendo como foco principal os múltiplos aspectos dos seus interiores.

Com este intercâmbio luso-brasileiro, pode-se analisar a caracterização das famílias proprietárias que habitaram o local, o enquadramento urbano e paisagístico, a anatomia e articulação do espaço e da decoração dos seus interiores, além das heranças artísticas e culturais da época estudada.

A partir da seleção e revisão de textos e imagens dos imóveis examinados, avaliou-se a casa senhorial em um contexto urbano e rural e formou-se uma base de dados criada no âmbito do projeto, que reúne amplamente a documentação sobre as casas senhoriais tanto em Lisboa como no Rio de Janeiro. A reunião da produção na base de dados foi desenhada para recolher toda a informação reunida ao longo de três anos de duração do projeto, que foi amplamente discutido e melhorado nos vários encontros entre os pesquisadores do projeto.

Nesse contexto, futuramente queremos avaliar se é possível a aplicação desta metodologia em estudos diversos, com o intuito de estender o campo de análise a outras casas e a outros fundos documentais e iconográficos. O projeto vai ainda deixar os fundamentos para a criação de um glossário de termos relacionados com os interiores domésticos, bem como a elaboração de um dicionário de artistas e artífices que trabalharam, sobretudo, na decoração desses interiores.

### **Referências bibliográficas**

FRANCO, Carlos. *Casa das elites de Lisboa: objetos, interiores e vivências 1750-1830*. 1. Rio de Janeiro, 2015.

MENDONCA, Isabel; MALTA, Marize; CARITA, Helder. *A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro*.1. Rio de Janeiro, 2014.

MENDONCA, Isabel. *Casas senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores*. 2. Rio de Janeiro,2014.

MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil império*. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

**Bolsista:** Madjory de Almeida Pereira  
**Trabalho:** [A multiplicidade do profissional de Letras](#)  
**Curso/Instituição:** Letras – UFRJ

**Orientador:** Ana Pessoa  
**Projeto:** A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores  
**Agência de financiamento:** CNPq  
**Período:** outubro de 2017 a julho de 2018. 1º ano.

O projeto A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores, da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), coordenado pela Doutora Ana Maria Pessoa dos Santos, tem como objetivo primordial o estudo da casa de morada da nobreza e da alta burguesia, entre os séculos XVII e XIX, focando os múltiplos aspectos dos seus interiores, em duas regiões do mundo cultural e artístico luso-brasileiro: Lisboa e Rio de Janeiro. Pretendeu-se com este projeto criar uma metodologia de análise focada em quatro linhas de investigação: i) Mecenas e artistas. Vivências e rituais; ii) Identificação das estruturas e dos programas distributivos e estudo aprofundado de nomenclaturas funcionais e simbólicas de cada espaço; iii) Estudo da ornamentação fixa – tetos, azulejaria, talha, pintura, estuques, têxteis, pavimentos, chaminés, janelas e portas, mobiliário integrado; e iv) O equipamento móvel nas suas funções específicas.

O meu trabalho no projeto é realizar transcrições paleográficas, organizar cronologias com base em publicações – livros, artigos, teses, etc., revisar e formatar textos que integram o *site* do projeto. Além de construir, juntamente com sua orientadora, o *Caderno de resumos do V Colóquio Internacional A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores*, apresentado nos dias 6, 7 e 8 de junho, em Fafe, Portugal.

O trabalho de transcrição é demorado e delicado. O primeiro documento é um relatório administrativo do século XIX, escrito por Paulo Barbosa, mordomo-mór do Imperador d. Pedro II. Ele trata da prestação de contas anuais dos anos de 1859 a 1864. As despesas dizem respeito a várias atividades da Corte, entre elas estão as obras e a manutenção dos imóveis reais, como a Casa do Mordomo. O segundo documento é um relatório de despesas do período de 1797 a 1810 da Fazenda Pau Grande – século XVIII, escrito por Luiz Gomes Ribeiro, sócio e gerente da fazenda.

As maiores dificuldades apresentadas para a transcrição paleográfica de ambos os documentos foram as caligrafias e os vocábulos dos séculos XIX e XVIII, sendo que no segundo documento encontrou-se ainda uma dificuldade suplementar que foi a utilização de muitas abreviaturas e unidades de medidas das quais eu não tinha conhecimento.

Fazer a cronologia é do mesmo modo delicado e demorado, pois implica em se considerar informações relevantes tanto para o projeto como para o *site*. Quando fiz a cronologia da Fazenda Pau Grande utilizei como principal fonte referencial o livro de Muaze (2008).

A revisão e padronização dos textos escritos por Ana de Paula Torem – componente do grupo de pesquisa em questão – para compor o *site* oficial da pesquisa foi de extrema importância, pois o *site* é a maior fonte de divulgação da pesquisa e de seus resultados. Os textos revisados nesse 1º ano de pesquisa trataram das seguintes casas: Casa do Mordomo, Fazenda Pau Grande, Chalé Tavares Guerra e Palacete Babilônia.

A construção do *Caderno de resumos do V Colóquio Internacional A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores* foi o trabalho mais demorado, pois o caderno é composto por 41 resumos de autores distintos, sendo eles divididos em 4 seções, seguindo as linhas de investigações da pesquisa. Sua elaboração seguiu três etapas: a) seleção dos resumos submetidos ao V colóquio; b) revisão de cada resumo e padronizado segundo as normas da ABNT e editoriais da FCRB; c) envio dos resumos para autores para que analisassem as alterações propostas.

O meu trabalho não tem sido apenas o de padronizar, revisar e elaborar textos, envolveu também questões mais complexas, que contribuíram para aprimorar o meu aprendizado nas mais diversas funções que exercem o profissional da área de Letras.

### **Referências bibliográficas**

FRANCO, Carlos. *Casas das elites de Lisboa: objetos, interiores e vivências: 1750-1830*. Lisboa: Scribe, 2015.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. *Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense*. Disponível em:

<[http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/31\\_fazenda\\_pau\\_grande.pdf](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/31_fazenda_pau_grande.pdf)>.

MENEZES, ROBERTO. *Outras visões para a observação de algumas das famílias que atuaram no Vale do Paraíba Fluminense durante o Ciclo Cafeeiro*. Disponível em:

<[http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/27\\_roberto-menezes.pdf](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/27_roberto-menezes.pdf)>

MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

**Nome:** Mariana Freitas de Andrade

**Trabalho:** [Sistema Integrado de Informações para Preservação do Patrimônio Cultural: Terceiro Módulo](#)

**Curso/Instituição:** História – UFRJ

**Orientador:** Cláudia S. R. de Carvalho

**Projeto:** Plano de Conservação Preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa: Documentação para Preservação

**Fonte de financiamento:** CNPq

**Período:** agosto/2017 – julho/2018, 3º ano

A pesquisa Sistema Integrado de Informações para Preservação do Patrimônio Cultural que vimos desenvolvendo desde o ano de 2015 se estruturou em módulos, de modo a permitir um melhor atendimento de seus objetivos. No seu último módulo, o objeto foram os jardins da Casa de Rui Barbosa. O jardim, além de representar para a comunidade de Botafogo um dos poucos locais onde se pode desfrutar do contato com a natureza, era onde Rui Barbosa recebia seus netos nas férias, realizava festas e se dedicava ao cultivo de diversas espécies de plantas, atividade esta que se tornou um legado para o patrimônio cultural.

Dada a sua importância, achou-se oportuno criar um Sistema Integrado de Informações que visasse sua preservação e conservação, ao mesmo tempo que subsidiasse a elaboração de um plano de conservação programada para o mesmo. Para isso, a pesquisa adentrou na história do mesmo e vivenciou todas as modificações que sofreu ao longo do tempo, identificando possíveis vulnerabilidades que, de certa forma, afetaram sua conservação. O resultado foi a criação de uma cronologia de intervenções, que servirá para subsidiar os processos de tomada de decisão das futuras atuações no espaço.

O objetivo do projeto consiste na produção de conhecimento para subsidiar as ações de preservação, bem como promover o interesse nestas ações, através de um sistema integrado de informações.

Para a execução da pesquisa foram realizadas consultas aos acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, onde foi feito um levantamento arquivístico da documentação existente relativa às intervenções realizadas no jardim, considerando o intervalo de tempo de 1893, ano em que a casa foi adquirida por Rui Barbosa, até depois de se tornar um museu, após a morte de Rui Barbosa, encerrando no ano de 1985, ano em que ocorre uma última grande intervenção. Em 2015-2016 através de patrocínio do BNDES o Jardim passou por uma intervenção de grande porte e um dos objetivos da pesquisa foi o de levantar informações para subsidiar a conservação do bem pós-intervenção.

Foram elaboradas fichas de cada documento, listagens e uma cronologia relacionando os documentos textuais e as imagens encontradas não só na Base Iconográfica, mas também nas bases bibliográficas e documentais da FCRB.

A intenção da pesquisa foi estudar o jardim como um elemento principal, abordando as modificações que ele sofreu ao longo dos anos para subsidiar as ações para sua preservação. Até o presente momento pode-se concluir que as principais intervenções aconteceram em 1930, 1971 e 1985. A primeira, com a grande obra de reconstrução do jardim, visando sua inauguração para o público. A segunda, com um processo longo de manutenção e preservação do mesmo. E, por fim, a terceira, com a última atuação significativa para a manutenção do jardim da propriedade, garantindo toda a sua autenticidade. Estas informações, que em parte serviram de base para a intervenção realizada em 2015/2016, agora da forma que foram organizadas, constituindo um sistema, subsidiarão a elaboração de um plano de conservação programada para o jardim.

### **Referências bibliográficas principais**

BANDEIRA, Carlos Vianna. *Lado a lado de Rui*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1961.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Relatório de atividades: 1.9.5. 515A*. [Rio de Janeiro, 1930].

\_\_\_\_\_. *Relatório de atividades: 1.09.05 DA 519 (127)*. [Rio de Janeiro, 1977/1983/1984].

MUSEU Casa de Rui Barbosa. São Paulo: Banco Safra, 2013.

PESSOA, Ana. *Histórias de um jardim: de chácara a bem cultural*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <[http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/oz/FCRB\\_AnaPessoa\\_Historias\\_de\\_um\\_jardim.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/oz/FCRB_AnaPessoa_Historias_de_um_jardim.pdf)> Acesso em: 06 nov. 2017.

REIS, Cláudia Barbosa. *Memória de um jardim*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2011.

**Nome:** Gabriela Lúcio de Sousa

**Trabalho:** [Os quimonos de Maria Augusta Rui Barbosa: expografia, conservação e resultados](#)

**Curso/Instituição:** Conservação e Restauração – UFRJ

**Orientador:** Anna Gabriela Pereira Faria

**Projeto:** Os Quimonos de Maria Augusta Rui Barbosa: pesquisa, conservação e acesso ao público

**Fonte de financiamento:** FCRB

**Período:** setembro de 2017 – julho 2018. 2º ano

O projeto “Os quimonos de Maria Augusta Rui Barbosa: pesquisa, conservação e acesso ao público” tem como objetivo estudar os dois quimonos que pertenceram à Maria Augusta Rui Barbosa (1855-1948) – desde sua origem, história, materialidade, nomenclatura – a fim de propor metodologias de conservação e de expografia para as peças, baseadas nas informações coletadas sobre os vestuários e a vida de Maria Augusta Rui Barbosa. Essa etapa conclusiva buscou pontuar linhas soltas e propor conclusões e possíveis soluções para a pesquisa, focando em especial nos dois processos: a expografia das peças e a conservação.

Pensando nas possibilidades de manutenção dessas peças, realizar um novo acondicionamento era necessário, porém é de grande relevância pensar no acesso às mesmas. Objetivando a realização da comunicação, que compreende a apresentação pública por meio de exposições, de atividades educativas e de outras formas (CURY, 2005, p. 26), foram realizadas fotografias, com profissional qualificado, em 360°. Isto é, foram produzidos cliques contínuos enquanto as peças eram movimentadas sobre uma base giratória, exibindo assim todos os pontos das roupas. Essas fotografias foram animadas em um vídeo, permitindo assim o máximo de compreensão dos quimonos e a visualização de grandes detalhes. Já no que tange ao acondicionamento, adequando as melhores possibilidades, o mesmo foi realizado dentro de duas caixas de polionda branca, uma para cada quimono, sendo que as áreas de dobras foram suavizadas com rolinhos de malha cirúrgica recheados de acrylon, permitindo assim um resultado que manterá as roupas estáveis.

Na pesquisa referente ao todo do projeto, a metodologia escolhida foi teórico-prática: no que tange a historicidade e origem, bem como a vida e os costumes de Maria Augusta, optamos por direcionar nossas pesquisas aos arquivos, da própria Fundação Casa de Rui Barbosa e de outros locais (na grande maioria, museus) que possuíssem acervos semelhantes e/ou documentos relacionados ao tema.

Além dos arquivos, também foram realizadas pesquisas em meios digitais, como a Hemeroteca da Biblioteca Nacional, *sites* de busca para localização de catálogos de lojas, visitas técnicas presenciais e entrevistas. Leituras relacionadas a cultura material, moda,

sociedade, museologia e antropologia fizeram parte de toda a investigação. Sob a perspectiva prática, destaca-se a história oral, evidenciada através de entrevistas e realização do acondicionamento e procedimentos necessários, respeitando sempre o princípio da mínima intervenção. Essas informações teórico-práticas regem as propostas de expografia e conservação e as resoluções tomadas relacionadas a ela.

Os processos realizados não apenas encerram a bolsa de pesquisa e concluem todos os objetivos propostos no edital do concurso nº 2/2016, mas também oferecem formas de continuidade dos trabalhos sobre a Maria Augusta e a catalogação, que não finda as possibilidades de uma peça, mas sim propõe novas investigações. Sendo assim, essa pesquisa não apresenta um fim, em especial para os estudos relacionados a Maria Augusta Rui Barbosa, mas novas viabilidades de visitar acervos já singularizados e sacralizados, considerando suas outras historicidades não abordadas, imbuindo significados e repensando conclusões já sacramentadas.

### **Referências bibliográficas**

PAULA, Teresa Cristina Toledo de. *Inventando moda e costurando história: pensando a conservação de têxteis no Museu Paulista da USP*. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1998.

SALLES, Manon de. *A roupa depois da cena*. São Paulo, 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

VIANA, Fausto; NEIRA, Luz García. Princípios gerais de conservação têxtil. *Revista CPC*, São Paulo, v. 1, n. 10, p. 206-233, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15667/17241>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

**Nome:** Maria Gabriela Gloria Pereira de Moura

**Trabalho:** [Diagnóstico de Intervenções na coleção da Biblioteca do Museu Casa de Rui Barbosa](#)

**Curso/Instituição:** Conservação e Restauração / Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Orientador:** Edmar Moraes Gonçalves

**Projeto:** Conservação Integrada: implantação de programa de pesquisa no campo da deterioração dos acervos documentais

**Fonte de financiamento:** FCRB

**Período:** agosto de 2017 a julho de 2018. 1º ano

Para uma apreensão mais clara sobre o trabalho realizado bem como de sua importância, interessa o esclarecimento acerca da lógica de um diagnóstico de coleção. Portanto, segundo BRAGA (2003)

O diagnóstico compreende a identificação, determinação da composição e avaliação das condições dos bens culturais; a identificação, a natureza e extensão das alterações, a apreciação das causas da sua degradação e a determinação do tipo e extensão do tratamento necessário, assim como o estudo das informações existentes relacionadas.

No presente caso, o diagnóstico que está sendo realizado trata das obras da coleção que passaram por intervenções e precisam ser examinadas quanto ao estado de degradação geral e, com isso, serem tomadas ações devidas no que tange as condutas conservativas mais adequadas.

Levando em consideração a classificação do Museu Casa de Rui Barbosa (MCRB) como um museu-casa, existem pontos que devem ser considerados para a realização deste trabalho. Os mesmos dizem respeito à característica expositiva dos livros presentes na biblioteca do Museu, que recebe frequentes visitas, e, como diferencial, todos os livros da biblioteca estão à disposição para consulta pública, com restrição apenas de alguns exemplares que possam temporariamente estar passando por algum processo de tratamento.

Logo, há preocupações estéticas e conservativas no procedimento, ambas relacionando-se com os propósitos da preservação: conservar a disposição e características mais próximas do original das obras, além de manter as condições mínimas que permitam ao público consultá-las desfrutando da vida útil das mesmas e ausente de aspectos que possam eventualmente dificultar ou impedir sua leitura, pesquisa e análise.

O objetivo do presente trabalho é dar continuidade à preservação do acervo bibliográfico do MCRB através da identificação e registro das obras que passaram por intervenções conservativas ou restaurativas anteriormente e as características dessas. Bem

como, futuramente, ter como sua extensão uma etapa de avaliação, novas intervenções corretivas e novos condicionamentos das obras que estiverem necessitando.

O trabalho está sendo feito com o auxílio do *MobiDB Database*, *software* que cria planilhas através da inserção de dados em formato de fichas catalográficas. Através do uso deste estão sendo catalogadas as obras identificadas no processo de diagnóstico por seus aspectos de intervenção no que diz respeito não somente ao estado de conservação, mas também às características estruturais do suporte, localização, título da obra, fotografias da visão geral, folha de rosto e também de detalhes adicionais que possam ser pertinentes ao processo e evolução do trabalho.

Até o presente momento, apesar do processo de diagnóstico encontrar-se em andamento, já é possível observar a relevância de sua proposta para a manutenção e prolongamento da vida útil do acervo, além de tais providências e aspectos propiciarem a passagem para as gerações atuais e futuras das narrativas que compreendem o legado do Museu Casa de Rui Barbosa.

### **Referência bibliográfica**

BRAGA, Márcia. Conservação e restauro: Arquitetura Brasileira. [S.l.]: Editora Rio, 2003.  
Disponível em: <[http://marciabraga.arq.br/site/images/stories/pdf/MarciaBraga\\_arq\\_bras.pdf](http://marciabraga.arq.br/site/images/stories/pdf/MarciaBraga_arq_bras.pdf).  
Acesso em: 27 de jul. 2018.